



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



EDITAL Nº 38/2026 IRP Nº 00009/2026 PNCP
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 015/2026 – SEMGEP
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2026 – SLC-PMR

O MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS – RR, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa localizada à Avenida Francisco Luiz Reginatto, nº261, Park Amazônia I, CEP 69.373-000, inscrito no **CNPJ sob o nº 01.613.031/0001-80**, por intermédio do Setor de Licitações e Contratação devidamente designados pelo **DECRETO Nº 017/2024**, torna público aos interessados, que fará realizar na sede da Prefeitura Municipal de Rorainópolis, licitação na modalidade, **PREGÃO - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** na forma **PRESENCIAL** para contratação do objeto especificado no item 1.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

O valor máximo estimado que a Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento, se compromete a pagar para a aquisição do objeto desta licitação é de **R\$ 12.244.201,59 (doze milhões duzentos e quarenta e quatro mil duzentos e um reais e cinquenta e nove centavos)**

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 26 de junho de 2026 às 09h:00min

Se na data supracitada não houver expediente, o início da abertura da sessão referente ao **PREGÃO PRESENCIAL SRP** será realizado no mesmo horário do primeiro dia útil subsequente.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

O procedimento licitatório será processado e julgado em conformidade com os preceitos da **Lei Federal nº. 14.133 de 01.04.2021** e suas posteriores alterações, Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 que promoveu modificações na Lei Complementar nº 123, de 2006, do Decreto nº 11.462, de 2023, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

O presente Edital e seus **ANEXOS**, estará disponível no link <https://rorainopolis.rr.gov.br/transparencia/contratos-e-licitacoes> podendo ser solicitado via e-mail: cplrorainopolis@gmail.com;

DO OBJETO:

1.1. A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para o **Registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de locação de estruturas, equipamentos e serviços complementares, incluindo sonorização móvel, sistema de som tipo paredão, serviços gráficos, fornecimento de água e apoio logístico, destinados ao atendimento das demandas eventuais da administração pública no suporte à realização de eventos institucionais, culturais, sociais, educativos e ações de saúde**



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



1.2. A licitação será em **LOTES**, conforme especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA (**ANEXO I**), que é parte integrante deste Edital.

1.3. Os trabalhos serão conduzidos por Servidor da Prefeitura Municipal de Rorainópolis (RR), denominado **Pregoeiro**, auxiliado pela **Equipe de Apoio** (art. 8º da Lei nº 14.133/2021), conforme designação no **Decreto Municipal nº 006/2025**.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS:

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

3.1 Poderão participar desta licitação, **os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação**, e que preencham os requisitos legais e atendam as condições exigidas neste edital e seus anexos; especialmente aos requisitos mínimos de qualificação exigidos para execução do objeto desta licitação, e que estiverem previamente credenciados no SICAF, conforme art. 87, § 3º, da Lei nº 14.133/21.

3.1.1. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.1.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.1.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.1.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006

3.2. Não poderão disputar esta licitação:

3.2.1. aquele que **não** atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.2.2. autor do anteprojeto, do TERMO DE REFERÊNCIA ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do TERMO DE REFERÊNCIA ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.2.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.2.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.2.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.2.9. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.2.11. O impedimento de que trata o item 3.2.4, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.2.2 e 3.2.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;

3.2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.2.14. O disposto nos itens 3.2.2 e 3.2.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do TERMO DE REFERÊNCIA e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução;

3.2.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;

3.2.16 A vedação de que trata o item 3.2.12. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.2.17. Não se admite a participação na licitação mediante remessa da documentação e proposta de preço por e-mail.

3.2.18. Será admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a respectiva está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

4. DO CREDENCIAMENTO: (APRESENTAR FORA DOS ENVELOPES)



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



4.1. Na data, horário e local indicados para a entrega dos envelopes, os licitantes que desejarem participar da licitação, deverão estar devidamente representados por:

a) Titular da empresa licitante ou sócio da licitante, apresentar Cédula de Identidade ou outro documento de identificação oficial com foto, acompanhado de: Registro comercial ou Contrato Social ou Estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura devendo ser entregue ao Agente/Comissão uma cópia legível;

b) Representante designado pela empresa licitante: apresentar Cédula de Identidade ou outro documento de identificação oficial com foto, acompanhado da CARTA DE CREDENCIAMENTO, conforme modelo no ANEXO II, ou de instrumento de procuração pública ou particular devidamente assinada, específica, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado do registro comercial ou contrato social, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para delegar direitos e obrigações a outrem;

4.1. Apresentar DECLARAÇÃO de que cumpre todos os requisitos do Edital (Anexo XIII).

4.2. Apresentar Relatório de Credenciamento Regular – Nível I – Credenciamento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.3. É dispensável a procuração, na hipótese da empresa concorrente se fazer representar pelo próprio titular, no caso de firma individual, ou por sócio com poderes para representá-la, na licitação, através do Ato Constitutivo.

4.4. Será admitido apenas 01 (um) representante credenciado para cada licitante; ou seja, cada representante, ainda que munido de procuração, somente poderá representar apenas uma empresa. Vedada a substituição de representante credenciado, salvo na hipótese da empresa concorrente se fazer representar pelo próprio titular, no caso de firma individual, ou por sócio com poderes para representá-la, na licitação, através do Ato Constitutivo.

4.5. Toda a documentação relativa ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes de "Documentos de Habilitação" e de "Proposta de Preços".

4.6. Declarado aberto o procedimento de credenciamento, não mais será admitida a participação de outras Proponentes. Nesse momento, o(a) Agente/Comissão de Contratação, realizará serviços de conferências dos documentos apresentados.

4.7. A licitante que apresentar no Credenciamento, o Ato Constitutivo, Estatuto, Contrato Social e suas alterações ou Consolidação respectiva ou outro instrumento de Registro Comercial com suas devidas alterações, fica dispensada de apresentá-los novamente, no Envelope nº 01 - "Documentos de Habilitação". Entretanto, toda a documentação apresentada no credenciamento, passará a integrar a estrutura do processo objeto desta licitação.

4.8. Será obrigatório que a licitante constitua representante credenciado perante ao Agente/Comissão de Contratação, para participação das sessões públicas, para participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, declarar a intenção de interpor recurso, enfim, representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes de "Habilitação" e de "Propostas de Preços" relativos a este Edital.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



- 4.9.** A não apresentação dos documentos para o credenciamento não inabilitará o licitante, mas o impedirá de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o impedimento.
- 4.10.** Os representantes dos licitantes deverão permanecer no local da sessão até a conclusão dos procedimentos, vez que deverão assinar a ata da reunião e documentos respectivos.
- 4.11.** Em se tratando de **MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE** ou **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, se for o caso, nos termos da lei complementar nº 123, de 14.12.2006, e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no Capítulo V da referida Lei, **É NECESSÁRIO APRESENTAR JUNTO COM OS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO:**
- a) Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial (IN 103/2008, § 8º), lembrando que será vistoriado o prazo de validade não superior a 60 (sessenta);
- b) Se tratando de **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL** apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCEI disponibilizado no Portal do Microempreendedor (www.portaldoempreendedor.gov.br).
- 4.12.** A licitante que não apresentar os documentos descritos nas alíneas “a” e “b” do item 4.3, participará do certame, mas não terá direito aos benefícios previstos na LC 123/06.
- 4.13.** A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto n.º 6.204, de 05 de setembro de 2007, sujeitará a licitante à pena do Art. 299 do Código Penal e de outras figuras penais pertinentes, com o imediato envio de cópias correspondentes ao Ministério Público.
- 4.14.** A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante Agente da Administração, mediante apresentação de original, desde que seja solicitado junto a comissão **até 24 (vinte quatro) horas** antes da hora marcada para abertura da sessão, ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, nos termos do art. 12, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.15.** Somente poderá participar do PREGÃOe da fase de lances verbais o representante da licitante presente no evento e devidamente credenciado.
- 4.16.** O representante da licitante que não se fizer presente e não se credenciar perante a Pregoeiro ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos, de representar o licitante durante a reunião de abertura dos envelopes “Proposta” ou “Documentação” relativos a este PREGÃO PRESENCIAL ;
- 4.17.** A licitante que se retirar antes de qualquer fase da sessão considerar-se-á que tenha renunciado ao direito de oferecer lances e recorrer dos atos do Pregoeiro;
- 4.18.** A ausência do representante em qualquer momento da sessão importará a imediata exclusão da respectiva credenciada, salvo autorização expressa do Pregoeiro;
- 4.19.** Somente as Licitantes que atenderem aos requisitos do item 4 deste edital terão poderes para formular verbalmente, na sessão, novas propostas e lances de preços, manifestar após a declaração do vencedor, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer contra decisões da Pregoeiro, assinar a ata onde estará registrado o valor final decorrente dos lances e praticar todos os demais atos inerentes ao certame em nome da Proponente. A saída do representante da Licitante do ambiente do PREGÃO antes do término da sessão, injustificadamente, será considerada renúncia ao direito de oferecer lances e recorrer dos atos do Pregoeiro.
- 4.20.** Uma vez finalizado o Credenciamento **NÃO** cabe desistência da Proposta.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. A participação ocorrerá mediante apresentação da PROPOSTA na forma presencial, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No dia, hora e local previstos neste edital, o **Pregoeiro e Equipe de Apoio** receberão os envelopes “**nº 01**” Proposta de Preços e “**nº 02**” Documentos de Habilitação os quais deverão ser apresentados:

- a) Devidamente lacrados de forma indevassável;
- b) Rubricados no fecho;
- c) Preferencialmente opacos e de papel;
- d) Contendo em suas partes externas em caracteres destacados os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS – RR

SETOR DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº ____/2026

ENVELOPE Nº 01: “PROPOSTA DE PREÇOS”

DIA E HORÁRIO DA ABERTURA DO PREGÃO

(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)

PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS – RR

SETOR DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº ____/2026

ENVELOPE Nº 02: “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

DIA E HORÁRIO DA ABERTURA DO PREGÃO

(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)

5.4. A ausência dos dizeres na parte externa não desclassificará a licitante, podendo ser inscritos durante a sessão.

5.5. Caso ocorra, por falta dos dizeres, abertura equivocada do envelope, o mesmo será imediatamente lacrado e rubricado por todos os presentes.

5.6. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original, desde que seja solicitado junto a **comissão até 24 (vinte quatro) horas antes da hora marcada para a sessão de recebimento das propostas**, ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, nos termos do art. 12, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.7. A sessão poderá ser suspensa a qualquer momento para averiguação de documentação e esclarecimento de outros aspectos que o Pregoeiro julgar necessário ao perfeito andamento do certame.

5.8. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

5.9. Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;

5.10. Se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da **filial**, exceto quanto à Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



Previdenciárias e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, por constar no corpo das certidões supra, serem válidas para matriz e filiais, assim como quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, **devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização**, ou:

5.11. Se o licitante for a **matriz** e o fornecedor for a **filial**, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da **matriz** e da **filial**, simultaneamente. A mesma situação fica configurada quando o licitante for a filial e o fornecedor for a matriz, observando-se o quanto à centralização de recolhimentos dos encargos;

5.12. Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da **matriz**.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6. DO CONTEÚDO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6.2. A PROPOSTA DE PREÇOS DEVERÁ SER APRESENTADA IMPRESSA, REDIGIDA COM CLAREZA EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE, em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas. Suas páginas devem estar rubricadas, exceto a última que deverá estar datada e assinada com identificação pelo representante legal ou por seu preposto legalmente estabelecido, conforme **Anexo IX – Modelo de Proposta de Preços**, e delas deverão conter obrigatoriamente o seguinte conteúdo:

6.2.1. Identificação da licitante: razão social, número do CNPJ, endereço completo, telefone, e-mail; e dados bancários,

6.2.2. O preço unitário e total de cada item, bem como o valor global, deverão ser apresentados em algarismos arábicos expressos em reais (R\$), sendo recomendável a indicação do valor total por extenso, contendo a especificação detalhada dos objetos e demais elementos pertinentes, marca, fabricante, modelo/versão que possibilitem a sua completa avaliação, inclusive unidade de medida e quantitativo para que seja verificada a compatibilidade com as especificações de acordo com **Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA** e já inclusos no preço os valores dos impostos, taxas, transporte, encargos sociais e trabalhistas bem como outras despesas para o fiel atendimento do objeto.

6.2.3 Uma única cotação de preço;

6.2.4. Prazo de validade da proposta consignado de no mínimo 60 (sessenta) dias contados da data estipulada para a realização da sessão;

6.2.5. Prazo de entrega dos produtos licitados conforme TERMO DE REFERÊNCIA– Anexo I;

6.2.6. Deverá constar na proposta ou em anexo à ela **DECLARAÇÃO DE QUE SUA PROPOSTA** comercial compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no parágrafo § 1º art. 63º da Lei nº 14.133, de



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



1 de abril de 2021, conforme modelo constante no **ANEXO X – DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ECONÔMICA**.

6.2.7. Se da proposta constar condições materiais mais vantajosas que as exigidas neste Edital, elas não serão consideradas para efeito de escalonamento das ofertas, mas vincularão o proponente na execução contratual;

6.2.8. Os preços são de exclusiva e total responsabilidade da empresa licitante, não sendo admitidos quaisquer acréscimos, supressões ou retificações nas propostas depois de apresentadas, salvo os aceitos pelo Pregoeiro por motivo justo, decorrente de fato superveniente ou erro manifesto e formal;

6.2.9. Os referidos itens que não constar marcas para todos os seus itens, será automaticamente desclassificado;

6.2.10. Os preços apresentados devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, fretes, treinamentos, lucros, dividendos e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos;

6.2.11. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos no preço, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou qualquer título, devendo o objeto ser fornecido sem ônus adicional.

6.2.12. Qualquer divergência entre os valores unitários e totais será considerado o primeiro e entre os valores expressos em algarismo e por extenso, será considerado esse último.

6.2.13. Não se admitirá proposta com preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os de mercado, ainda que o ato convocatório não tenha estabelecido limites mínimos.

6.2.14. Após apresentação da proposta, não caberá mais a desistência da licitante, salvo por motivo superveniente, devidamente comprovado e aceito pelo Pregoeiro.

6.2.15. Não serão aceitas propostas alternativas, submetidas a termo, condição ou encargo ou com preços indeterminados.

6.2.16. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante fisicamente no prazo **de até 24 (vinte e quatro) horas**, contado da abertura de prazo pelo Pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

6.2.17. É facultado o Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e protocolada fisicamente pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.2.18. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

6.2.19. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.2.20. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

6.2.21. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, e dos registros do material poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante dos itens ou da área especializada no objeto.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



6.2.22. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.3. SERÁ DESCLASSIFICADA A PROPOSTA DE PREÇOS QUE:

6.3.1. Não atender às exigências do ato convocatório da licitação, em especial não conter qualquer especificação exigida no item 6 do edital e seus subitens;

6.3.2 Estiver omissa, vaga, com irregularidades ou defeitos insanáveis, capazes de dificultar o julgamento;

6.3.3. Impuser condições que possam induzir mais de um resultado ou ressalvas em relação às estabelecidas neste Edital;

6.3.4. Tiver salvo erro manifesto e sanável, especificações em desacordo com o estabelecido no Edital;

6.3.5. Tiver valores consideravelmente superiores aos estimados ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados a proposta que não demonstrar sua viabilidade econômica, ou seja, custos de insumos coerentes com os de mercado.

6.3.6. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.3.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração;

6.3.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Comissão.

6.3.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.3.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sítio eletrônico oficial do Município, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.4. A SIMPLES PARTICIPAÇÃO DA LICITANTE NESTE CERTAME IMPLICA:

6.4.1. O pleno conhecimento e aceitação dos termos e condições do Edital e seus Anexos e da obrigação de cumpri-los fielmente, por sua conta e risco, pelos preços ora propostos, não cabendo nenhum acréscimo ou indenização posterior decorrente de erro de cálculo na elaboração;

6.4.2. Dever da licitante vencedora no prazo em até vinte e quatro horas, contados a partir do encerramento da sessão de lances, para apresentar a proposta de preço com os respectivos valores readequados ao valor do lance vencedor;

6.4.3. O comprometimento de executar ou fornecer o objeto da licitação em total conformidade com as especificações do Edital e seus anexos;

6.4.4. O desatendimento de exigências **meramente formais** que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do **conteúdo de sua proposta** não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo nos termos do art. 12, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021;

6.4.5. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação nos termos do art. 12, inciso III da Lei 14.133/2021.

7. DA PROCEDIMENTO E JULGAMENTO



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



7.1. No dia, horário e local estabelecido no preâmbulo deste edital serão recebidos os credenciamentos e será aberta, pelo Pregoeiro, a sessão pública destinada ao recebimento e abertura dos envelopes “Proposta” e “Documentação”:

7.1.1. Declarada a abertura do certame, a Pregoeiro receberá e verificará a regularidade dos envelopes trazidos pelas licitantes, observando o preenchimento dos requisitos fixados neste edital e não serão admitidos novos proponentes.

7.1.2. Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatário, a não ser como ouvinte.

7.1.3. Recebidos os envelopes, descaberá a desistência da proposta.

O julgamento da proposta será processado e julgado em consonância com as exigências do Edital e legislações pertinentes e o critério de julgamento das propostas será do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

7.1.4. Considerando o disposto no artigo 56 da Lei 14.133/2021, o modo de disputa será **ABERTO**, no qual os licitantes apresentarão suas propostas, primeiramente lacradas, até a data e hora designada para sua divulgação, e posteriormente por meio de lances sucessivos e decrescentes.

7.1.6. Após a abertura e análise das propostas escritas, serão classificadas para a etapa de disputa aberta aquelas que atenderem aos requisitos de aceitabilidade previstos neste edital. Os licitantes cujas propostas forem classificadas participarão da fase de lances verbais, públicos e sucessivos, conforme estabelecido no artigo 56 da Lei nº 14.133/2021, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

7.1.7. O Pregoeiro, convocará individualmente os licitantes classificados nas condições dos **subitens 7.1. a 7.1.5**, após observado os demais subitens do edital, da classificação na ordem decrescente de valores, a oferecerem lances verbais, a partir do autor da proposta classificada com menor preço, procedendo do mesmo modo com os demais licitantes e repetindo o procedimento até que nenhum deles tenha lances a oferecer.

7.1.8. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (*cinco por cento*), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.1.9. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.1.10. Encerrados os prazos estabelecidos, os lances serão ordenados e divulgados em ordem crescente de valores.

7.1.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.1.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.1.13 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- e) Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- f) empresas estabelecidas no território do Estado em que este se localize;
- g) empresas brasileiras;
- h) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- i) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.1.14 Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, registrado em ata.

7.1.15 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.1.16. A negociação será realizada na forma presencial, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.1.17. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.1.18. Havendo apenas uma proposta, desde que atenda a todas as condições do edital e esteja compatível com o valor estimado pelo órgão, esta poderá ser aceita, devendo o Pregoeiro negociar, visando obter menor preço.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o **Pregoeiro e Equipe de Apoio** verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no **art. 14 da Lei nº 14.133/2021**, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em **nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o **artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992**.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (**IN nº 3/2018, art. 29, caput**).

8.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (**IN nº 3/2018, art. 29, §1º**).

8.5. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (**IN nº 3/2018, art. 29, §2º**).

8.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



8.7. A consulta Situação do Fornecedor não dispensa o licitante de apresentar toda a documentação exigida (Habilitação Fiscal e Trabalhista, Qualificação econômico-financeira e Qualificação Técnica).

8.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

8.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

9.1. Os documentos previstos no **Edital e TERMO DE REFERENCIA**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, econômico-financeira e qualificação técnica, não poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.3. Constatada a existência de sanção, após consulta prevista conforme o disposto no item 9.1, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio da análise dos documentos apresentados e por eles abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica e exigências no Termo de Referência.

9.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, fisicamente ou em formato digital, via e-mail cplrorainopolis@gmail.com, no prazo de até **24 (vinte e quatro)** horas, sob pena de inabilitação, conforme art. 64, da Lei nº 14.133/2021.

9.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.8. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.9. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação não poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública.

9.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



- 9.12.** Será verificado se o licitante apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.13.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.14.** A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.15.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes apresentação, no dia e horário designados para abertura da sessão pública, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 9.16.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do TERMO DE REFERÊNCIA somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.17.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.18.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para *Lei 14.133/21, art. 64*, complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 9.19.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.20.** aferição das condições de habilitação ou de classificação do licitante decorrentes de fatos ou condições preexistentes ao momento da abertura do certame.
- 9.21.** A realização ou não de diligência não configura direito subjetivo do licitante a juntada de documentos após o encerramento do prazo estabelecido nos itens, restando preclusa, em caráter definitivo, a possibilidade de o licitante juntar novos documentos, o que implicará na sua inabilitação ou desclassificação do certame.
- 9.22.** Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.23.** Caso ocorra, por falta dos dizeres, abertura equivocada do envelope, o mesmo será imediatamente lacrado e rubricado por todos os presentes.
- 9.24.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 9.25.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.26.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (*art. 4º do Decreto nº 8.538/2015*).



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



9.27. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.28. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

9.28.1. Todos os licitantes deverão apresentar dentro do envelope nº 2 os documentos específicos para a participação nesta Licitação, devendo ser entregues, **de preferência, numerados sequencialmente** e na ordem a seguir indicada, a fim de permitir maior rapidez na conferência e exame correspondentes:

9.29. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.29.1. Para fins de habilitação jurídica, deverão ser apresentados os seguintes documentos, conforme o tipo societário da licitante:

- a) Prova de registro na Junta Comercial ou repartição correspondente, no caso de firma individual, juntamente com a cédula de identidade do seu titular;
- b) Prova de registro, arquivamento ou inscrição, na Junta Comercial, no Registro Civil das pessoas jurídicas ou repartição competente, do ato constitutivo, da pessoa jurídica;
Prova de autorização para funcionamento no País, no caso de filial de empresa com sede no exterior
- c) Prova de Registro do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, em se tratando de Sociedades Comerciais, e, no caso de Sociedades por Ações acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores.
- d) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir.
- e) Cédula de identidade dos representantes legais da empresa (pessoa física).
- f) Caso as Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte apresentem, na fase de habilitação, alguma restrição na comprovação da Regularidade Fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa
- h) Outros casos específicos: documento de registro, autorização ou ato equivalente que comprove a existência e o regular funcionamento da entidade, conforme exigência legal específica aplicável à sua natureza jurídica ou ramo de atividade, e eventuais documentos observados no Termo de Referência.

Parágrafo único.

Os documentos mencionados deverão estar atualizados e em vigor, devidamente registrados no órgão competente e, quando aplicável, acompanhados de todas as alterações contratuais subsequentes ou versão consolidada vigente, sob pena de inabilitação.

9.30. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

Os licitantes deverão comprovar regularidade fiscal, social e trabalhista mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



- b) Certidão negativa de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa quanto à inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, conforme o Título VII-A da CLT, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h) Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, referente à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz.

10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

10.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DA SEDE DO LICITANTE, conforme determina o art. 69, inciso II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, há menos de 60 (sessenta) dias da data prevista para a abertura da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade.

a) Nos casos de participação de empresa em recuperação judicial, deverá ser apresentado, juntamente com a **Certidão Positiva de Recuperação Judicial, o Plano de Recuperação Judicial homologado pelo juízo competente** e em pleno vigor, o qual certifica que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração Pública, sem prejuízo a apresentação dos documentos exigidos quanto à qualificação econômico-financeira. O mero despacho de processamento do pedido de recuperação judicial, com base no art. 52 da Lei 11.101, de 2005, não demonstra que a empresa em recuperação possua viabilidade econômico-financeira, mas apenas com o acolhimento judicial do plano de recuperação.

10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis balanço patrimonial, **DOS 2 (DOIS) ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS** (ART. 69 LEI 14.133/2021) e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, devendo vir acompanhado de cópia dos termos de abertura e encerramento do Livro Diário do qual foi extraído, contendo o número de registro da Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas – RCPJ, **bem como a identificação da assinatura do titular ou representante legal da empresa e do contador, acompanhado da Certidão de Regularidade Profissional devidamente válida na data do certame, emitida com finalidade: editais de licitação, expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade.** Os documentos referidos deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (Art. 69 §6º da Lei 14.133/21).

10.3. O conjunto completo das demonstrações contábeis obrigatórias compreende: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício. -DRE e Notas Explicativas.

10.4. Os documentos referidos no subitem anterior, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



10.5. Os documentos acima referenciados deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

10.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação, ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme artigo 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021;

10.7. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;

10.8. Caso o licitante seja Cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

10.9. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

10.10. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação.

10.11. Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69, caput e §5º, da Lei 14.133/21, pois permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.

10.12. Todas as Empresas licitantes, independentemente da forma de constituição, deverão apresentar dentro do ENVELOPE Nº 01, o ANEXO VI da Capacidade Econômica e Financeira, com os elementos discriminados devidamente calculados com assinatura do Contador responsável pela elaboração, com firma reconhecida em cartório, ressalvado o disposto na Resolução CFC Nº. 1402/12 de 27.07.2012.

10.12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.13.1 Deverão ser observadas as exigências contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

10.14. OUTROS DOCUMENTOS:



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



10.14.1 Deverão ser observadas as exigências contidas no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

10.15. DECLARAÇÕES:

a) Declaração, assinada pelo representante legal da licitante, da **INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS** para sua **HABILITAÇÃO** no presente processo licitatório, bem como sobre as ocorrências posteriores, conforme modelo constante no **ANEXO IV**;

b) Declaração, assinada pelo representante legal do licitante, de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos **TERMOS DO INCISO XXXIII DO ART. 7.º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**, conforme modelo constante do **ANEXO V** deste Edital;

c) Declaração que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) Declaração, assinada pelo representante legal do licitante, de que os sócios, administradores, empregados e controladores da proponente não são servidores ou dirigentes do MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS ou responsável pela licitação, conforme modelo constante do ANEXO VI (AUSÊNCIA DE VÍNCULO) deste Edital.

e) **DECLARAÇÃO QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. **ANEXO VII** deste Edital

f) Declaração que o licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

g) Declaração que o fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021. Conforme modelo **ANEXO VIII**.

h) Formulário fornecido pelo órgão licitante contendo todas as informações solicitadas, devidamente preenchidas e assinadas pelo representante legal, conforme modelo constante no ANEXO XI (COMPROVANTE DO RECIBO DO EDITAL) deste Edital. Cabe ressaltar que a apresentação do referido formulário não é de cunho obrigatório, porém é de responsabilidade do licitante a prestação das informações no momento da apresentação das propostas de preços.

i) A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

10.15.1. Para as Declaração que não há um modelo pré-definido para o referido documento, permite-se que os licitantes utilizem sua própria formatação e estrutura, desde que todas as informações exigidas sejam claramente apresentadas.

10.15.2. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

10.15.3. Todos os documentos de habilitação deverão estar com prazo vigente, e para as certidões que não mencionarem prazo de validade, considerar-se-á o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua expedição.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



10.15.4. Serão inabilitadas as empresas que não atenderem ao item 9.23 e seus subitens ou seja se a documentação de habilitação não estiver de acordo com as exigências editalícias e contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o Pregoeiro considerará a proponente desclassificada.

10.15.5. Nos termos do artigo 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.15.6. As microempresa ou empresa de pequeno porte ou a elas equiparadas, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. De acordo com o Art. 43, § 1º da Lei 123/06, conforme abaixo:

Art. 43. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014);

(...)

§ 3º A prorrogação do prazo previsto do § 1º poderá ser concedido, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.15.7. A não regularização da documentação **NO PRAZO PREVISTO ACIMA IMPLICARÁ** na decadência do direito à contratação, conforme expresso no inciso IV do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da mesma Lei, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

10.15.8. A licitante é responsável pelas informações prestadas, sendo motivo de Inabilitação ou Desclassificação, a prestação de informações falsas ou que não reflitam a realidade dos fatos. A inabilitação ou desclassificação poderá ocorrer, caso a Administração, venha tomar conhecimento de fato que desabone a idoneidade da licitante, que comprove a falsidade das informações prestadas ou qualquer outro que contrarie as disposições contidas neste edital.

10.15.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à conformidade da proposta ou ao enquadramento do licitante na condição de ME ou de EPP sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, bem como caracteriza crime nos do



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



artigo nº. 299 do Código Penal Brasileiro, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas cabíveis.

10.15.10. Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido nas licitações públicas previsto na Lei Complementar nº 123/2006 a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, ou a elas equiparadas:

- a) De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado, nos termos da referida Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006;
- d) Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- e) Cujo sócio ou titular seja, administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- f) Constituída sob a forma de cooperativa, salvo as de consumo;
- g) Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- h) Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- i) Constituída sob a forma de sociedade por ações.

10.15.11. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original, desde que seja solicitado junto a **comissão até 30 (trinta) minutos antes da hora marcada** para a sessão de recebimento das propostas, ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, nos termos do art. 12, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.15.12. Os documentos exigidos emitidos pelo órgão responsável através da Internet poderão ter sua autenticidade conferida no site do referido órgão.

10.15.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação nos termos do *art. 64, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021*.

11. DO REGISTRO DE PREÇOS E PRAZO DE VALIDADE:

11.1 O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras da Administração Pública.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



11.2. A validade dos preços registrados será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços.

11.3. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o *art. 84 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021*.

11.4. A Ata de Registro de Preços terá seu extrato publicado no site oficial da Prefeitura, assim como a sua íntegra, após assinada e homologada e será disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), se pertinente.

11.5. A Ata de Registro de Preços poderá ter sua vigência prorrogada, por igual período, mediante justificativa da Administração e desde que comprovada a manutenção das condições vantajosas, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

11.6. A prorrogação poderá contemplar, além da vigência, o quantitativo registrado, observados os limites de acréscimo ou supressão previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, desde que não haja alteração do objeto originalmente pactuado.

11.7. A decisão pela renovação será formalizada por meio de termo aditivo, precedida de manifestação da área requisitante e da autoridade competente, assegurando-se a manutenção das condições de preço, qualidade e prazo estabelecidas na Ata.

11.8. A renovação não poderá alterar o objeto, apenas prorrogar prazo e ajustar quantitativos dentro dos limites legais

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

12.1. O **modelo de Ata de Registro de Preços** a ser assinada com a(s) empresa(s) vencedora(s) da licitação encontra-se anexa ao processo, fazendo parte integrante do mesmo (ANEXO XVI).

12.2. Na Ata de Registro de Preços estão definidos os critérios para atualização dos preços registrados e as penalidades em caso de inexecução total ou parcial da mesma ou da ordem de fornecimento (nota de empenho).

12.3. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal, diretor, sócio da empresa ou procurador devidamente acompanhado, respectivamente do contrato social ou procuração e cédula de identidade para ambas as hipóteses.

12.4. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço será de **05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 90, § 1º da Lei 14.133/2021** contados do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo previsto, e com exposição de motivo justo que poderá ou não ser aceito pela Administração.

12.5. A Licitante que convocada para assinar a Ata de Registro de Preço deixar de fazê-lo no prazo fixado dela será excluída.

12.6. Na hipótese do não atendimento à convocação a que se refere o item **12.4** ou havendo recusa em fazê-lo, o Município aplicará as penalidades cabíveis.

12.7. **Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer Órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador da Ata e anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas no art. 86 § 2º incisos I, II e III da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 e demais normas em vigor e respectivas atualizações.**

12.8. Os órgãos que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



12.9. Poderá o beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da execução decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.

12.10. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **cinquenta por cento dos quantitativos** dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, conforme *art. 86, § 4º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021*.

12.11. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme *art. 86º, § 5º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021*.

12.12. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até **90 (noventa dias)**, observado o prazo de vigência da ata.

12.13. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pela Detentora das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

13. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS:

13.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na *Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021*:

13.2. Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irredutíveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento e justificativa expressos do Fornecedor/Prestador de Serviços e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da *Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021*.

13.3. O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

13.4. Quando o valor registrado se **tornar inferior ao preço praticado no mercado** por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem o valor ofertado.

13.5 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus valores aos praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

13.6. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus valores aos valores de mercado observará a classificação original.

13.7. Se ocorrer de o preço de mercado **tornar-se maior** que os valores registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

13.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

13.9. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



13.10. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

13.11. O registro do **forneecedor será cancelado** mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

13.12. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

13.13. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

13.14. Não aceitar reduzir o seu valor registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

13.15. Sofrer sanção prevista no *art. 156, incisos I ao IV da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021*.

13.16. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

13.17. Por razão de interesse público; ou

13.18. A pedido do fornecedor.

14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no *art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021*.

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Os recursos deverão ser encaminhados fisicamente, por petição dirigida ou protocolada no Setor de Licitações no endereço Avenida Francisco Luiz Reginato, nº 261, Park Amazonia I, Rorainópolis-RR, CEP: 69.373-000 ou, via e-mail cplrorainopolis@gmail.com.

14.4. Para o protocolo presencial, será considerado o horário de funcionamento do Órgão, qual seja, das 07:30 as 13:30 de segunda-feira à sexta-feira.

14.5. O recurso será dirigido ao responsável pela condução do edital, o qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Sede do Departamento de Licitações.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



15.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.5. A convocação se dará por meio do Diário Oficial utilizados em publicações pelo município ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15.6. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na proposta do licitante, sendo de inteira responsabilidade do licitante informar seus dados corretos na proposta de preços.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

16.2. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Comissão durante o certame.

16.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

16.4. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

16.5. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

16.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

16.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

16.9. Fraudar a licitação.

16.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

16.11. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

16.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

16.13. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

16.14. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

16.15. advertência;

16.16 multa;

16.17 impedimento de licitar e contratar; e

16.18 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.19. Na aplicação das sanções serão considerados:



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



- 16.20.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 16.21.** as peculiaridades do caso concreto;
- 16.22.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 16.23.** os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
- 16.24.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 16.25.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 16.26.** Para as infrações previstas nos itens 16.1, 16.2 e 16.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 16.27.** Para as infrações previstas nos itens 16.9, 16.10, 16.11, 16.12 e 16.13, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 16.28.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 16.29.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 16.30.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1, 16.2 e 16.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 16.31.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.9, 16.10, 16.10, 16.12 e 16.13, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1, 16.2 e 16.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no **art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021**.
- 16.32.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 16.7, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do **art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022**.
- 16.33.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 16.34.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



16.35. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.36. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.37. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

17. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DO ATO CONVOCATÓRIO:

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para **impugnar** edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para **solicitar esclarecimento** sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame nos termos do art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2. A Impugnação deverá ser encaminhada exclusivamente através do Protocolo Geral da Prefeitura, decairá do direito de impugnar os termos do presente edital a **licitante** que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente **existentes no edital até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data de realização do PREGÃO** na forma do art. 164 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

17.3. A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, sendo corrigido o ato convocatório.

17.4. As medidas referidas no Item 17.1 e 17.2 deverão ser formalizadas por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, devidamente **protocolado** no endereço constante no preâmbulo do Edital, nos termos do **art. 164 Lei 14.133/2021**.

17.5. Quem impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá nos termos do artigo Art. 337-I Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

18. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

18.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

19. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

19.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado contrato.

19.2. O Contrato decorrente desta Licitação, bem como de suas alterações, ficará subordinado às normas da Lei Federal nº 14.133/2021. As obrigações decorrentes desta Licitação constarão de Contrato a ser firmado entre a proponente vencedora e o MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS (RR).

19.3. Homologada a licitação, a adjudicatária será notificada para assinar o contrato, o prazo de convocação, de 05 (cinco) dias úteis, poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



- 19.4.** Na hipótese de a adjudicatária não assinar o contrato, poderá a administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação.
- 19.5.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 19.6.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 19.7.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 19.8.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 19.9.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 19.10.** A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 19.11.** A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do contrato.
- 19.12.** A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.
- 19.13.** Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.
- 19.14.** É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
- 19.15.** As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.
- 19.16.** A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 19.17.** Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



19.18. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinc

19.19. ulada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020 e Anexos).

19.20. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

20. DO REAJUSTE:

20.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, acompanhadas em anexo a este Edital.

21. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO:

21.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no TERMO DE REFERÊNCIA e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

22.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

23. DO PAGAMENTO

23.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIAe no Termo de Contrato, anexos deste edital.

24. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

24.1. O objeto da licitação será adjudicado e homologado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

25.1. Quaisquer **INFORMAÇÕES, ESCLARECIMENTOS OU DÚVIDAS** de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito nos termos do art. 12, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021:

a) Por e-mail: cplrorainopolis@gmail.com, ou,

b) Na sede administrava do Município sito: Prefeitura Municipal de Rorainópolis (RR), Departamento de Licitações, sito Avenida Francisco Luiz Reginatto, nº261, Park Amazônia I - CEP 69.373-000 ou pelo telefone Fone: (95) 3238-2259, **de segunda à sexta-feira**, no horário das 07:30 as 13:30, em **até 3 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame, nos termos do *art. Art. 164, Lei 14.133/2021*.

25.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

25.3. Uma vez iniciada a sessão, não serão admitidas à licitação participantes retardatárias, a não ser como ouvinte.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



25.4. Só terá direito a usar a palavra, rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas, as licitantes ou seus representantes credenciados, o Pregoeiro e equipe de apoio.

25.5. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado, se outra data não for designada pelo Pregoeiro.

25.6. Para agilização dos trabalhos, **SOLICITA-SE QUE AS LICITANTES FAÇAM CONSTAR NA DOCUMENTAÇÃO O SEU ENDEREÇO, E-MAIL E OS NÚMEROS DE TELEFONE.**

25.7. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125, da Lei nº. 14.133/21, sobre o valor inicial contratado.

25.8. Após a apresentação da proposta, **não caberá desistência**, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

25.9. É facultada o Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

25.10. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de Desclassificação/inabilitação;

25.11. As decisões referentes a este procedimento licitatório **e todos os demais procedimentos deste Edital** que visem assegurar o conhecimento dos atos pelos interessados, poderão ser comunicados às Licitantes por qualquer meio que comprove o recebimento, em especial o correio eletrônico (e-mail) enviado com pedido de confirmação de leitura, ou, ainda **mediante publicação no Site Oficial do Município.**

25.12. **Havendo divergência nas informações do Termo de referencia e as informações do PNCP, prevalecerão as informações do Termo de Referência.**

25.13. Os endereços dos sítios eletrônicos poderão ser atualizados, devendo o licitante ou interessado entrar no sítio principal da Prefeitura Municipal de Rorainópolis (RR);

25.14. As empresas e/ou representantes que adquirirem o instrumento convocatório e tiverem interesse em participar do certame, se obrigam a acompanhar as publicações e o andamento referente ao processo no Diário Oficial da União (DOU), Diário Oficial do Estado de Roraima (DOE) e no Jornal Folha de Boa Vista (<https://www.folhabv.com.br>), quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos;

25.15. **As Licitantes deverão acessar continuamente conforme item 25.14, para manterem-se atualizadas sobre eventuais modificações e/ou informações adicionais ao presente Edital de Licitação.**

25.16. A Administração poderá revogar ou anular a licitação a qualquer tempo, no todo ou em parte por razões de interesse público, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (*art. 71 da Lei Federal nº. 14.133/2021*).

25.17. A não utilização do registro de preços será admitida no interesse da Administração e nos casos em que as aquisições se revelarem antieconômicas ou naquelas em que se verificarem irregularidades que possam levar ao cancelamento do registro de preços.

25.18. A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no *artigo 84 da Lei nº. 14.133/2021* e alterações.

25.19. Os recursos orçamentários, para fazer frente às futuras aquisições decorrentes da presente licitação, serão alocados quando da emissão das Notas de Empenho.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



25.20. O Edital e a minuta da Ata de Registro de Preços foram feitos o controle prévio de legalidade mediante análise jurídica, nos termos do *artigo 53 da Lei Federal nº. 14.133/2021* e alterações.

25.21. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública se constatada má fé, ação maliciosa e premeditada da CONTRATADA será proposta sem prejuízo ao CONTRATANTE, aplicações sucessivas das outras penalidades anteriormente descritas.

25.22. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

25.23. - Os envelopes de habilitação permanecerão fechados, em poder do Pregoeiro, por 60 (sessenta) dias a contar da sessão de abertura. Após este prazo os Licitantes terão o prazo de 10 (dez) dias corridos para retirá-los no Departamento de Licitações. Decorrido este prazo, os documentos que não forem retirados serão inutilizados.

25.24. A comissão de licitação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento apresentado em cópia, sempre que houver dúvida ou julgar necessário.

25.25. Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 176 Lei 14.133/2021.

25.26. Constituirão motivos para extinção da Ata de Registro de Preços, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos *incisos I ao IX do art. 137º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021*:

25.27. O valor registrado vigente poderá ser revisto, por solicitação formal do Signatário Detentor, somente para que seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro.

25.28. O pedido deverá ser enviado ao Gestor da Ata, através do protocolo geral do Município no horário de expediente.

25.29. A solicitação de revisão de preço(s) deverá ser devidamente justificada e acompanhada de documentos comprobatórios da sua necessidade, originais ou cópias autenticadas, a qual será analisada pela Procuradoria Jurídica do Município nos termos do *art. 53 da Lei Federal nº 14.133/2021*.

25.30. Para a solicitação de revisão de preço(s), o Signatário Detentor terá que apresentar planilha atualizada da composição de preços do(s) produto(s), considerando todos os itens constantes na proposta anterior apresentada, quando da apresentação da proposta.

25.31. A análise para deferimento total ou parcial ou ainda indeferimento da revisão solicitada deverá ser instruída com justificativa e memória dos respectivos cálculos, para deliberação pela Assessoria Jurídica e pelo Gestor da Ata, em aproximadamente 10 (dez) dias úteis, contados a partir da entrega da documentação completa pelo Signatário Detentor.

25.32. Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis nos termos do *inciso I do art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021*.

25.33. É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) nos *termos do § 2º do art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021*.

25.34. Pela elaboração da proposta, as licitantes não terão direito a auferir qualquer vantagem, remuneração ou indenização.

25.35. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante da Ata de Registro de Preços, do contrato e/ou outro documento equivalente, independentemente de transcrição.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



25.36. A SESSÃO PÚBLICA SERÁ REGISTRADA EM ATA E GRAVADA EM ÁUDIO E VÍDEO, UTILIZANDO MEIOS ELETRÔNICOS DE GRAVAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 17, § 2º E 5º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

25.37. Integram este instrumento convocatório os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MODELO CARTA DE CREDENCIAMENTO

ANEXO III – DA CAPACIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS À HABILITAÇÃO

ANEXO V – MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII DA CF/88

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGO

ANEXO VIII – MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MEI/ME/EPP

ANEXO IX – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

ANEXO X – MODELO DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ECONÔMICA

ANEXO XI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

ANEXO XII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO EDITAL

ANEXO XIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

ANEXO XIV – INFORMAÇÕES PARA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

ANEXO XV – MINUTA DO CONTRATO

ANEXO XVI – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP Nº ____/2026

ANEXO XVII – MINUTA DE CADASTRO DE RESERVA

ANEXO XVIII – COMPROVANTE DE RECIBO DO EDITAL

25.38. Fica eleito o Foro da Comarca de Rorainópolis - RR para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Rorainópolis (RR), 10 de junho de 2026

FRANCISCA CLISSIANE RODRIGUES BARROS
Assessor Tecnio Especial



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Constitui objeto da presente contratação a eventual prestação de serviços de locação de estruturas, equipamentos e serviços complementares, incluindo sonorização móvel, sistema de som tipo paredão, serviços gráficos, fornecimento de água e apoio logístico, destinados ao atendimento das demandas eventuais da Administração Pública no suporte à realização de eventos institucionais, culturais, sociais, educativos e ações de saúde, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são classificados como comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ter vigência inicial de até 12 (doze) meses, admitida a prorrogação sucessiva, observados os arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que caracterizada a natureza continuada dos serviços e demonstrada a vantajosidade para a Administração.

1.3.1. Os serviços objeto da presente contratação são caracterizados como de natureza continuada, nos termos do art. 6º, inciso LI, da Lei nº 14.133/2021, considerando que:

- a) Sua demanda ocorre de forma recorrente e previsível ao longo do exercício financeiro;
- b) São indispensáveis ao atendimento das necessidades institucionais da Administração Pública na realização de eventos institucionais, culturais, sociais, educativos e ações de saúde;
- c) Embora a execução ocorra sob demanda (por evento), a necessidade de disponibilidade é permanente durante todo o período contratual.

1.3.2. A interrupção desses serviços poderá comprometer:

- a) A execução de políticas públicas e ações governamentais regularmente desenvolvidas;
- b) O cumprimento do calendário anual de eventos institucionais;
- c) A prestação adequada de serviços à população;
- d) O interesse público e a continuidade administrativa.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



1.3.3. A Administração realiza, de forma periódica e planejada, eventos e atividades que demandam a utilização dessas estruturas e serviços, incluindo, mas não se limitando a: Eventos cívicos e datas comemorativas, Ações de saúde pública (campanhas de vacinação, prevenção, etc.), Atividades culturais e educativas, Solenidades oficiais e Audiências públicas e eventos participativos.

1.3.4. Com base no histórico da Administração, estima-se a realização de eventos conforme calendário das Secretarias solicitantes, o que justifica a necessidade de contratação continuada.

1.3.5 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.4 Conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União – TCU, a caracterização dos serviços contínuos decorre de sua essencialidade e da necessidade de manutenção das atividades administrativas e do interesse público, admitindo-se a prorrogação contratual quando demonstrada a vantajosidade e a continuidade da necessidade administrativa.

1.5 A possibilidade de prorrogação contratual mostra-se vantajosa para a Administração, considerando a necessidade contínua dos serviços, a redução de custos operacionais decorrentes da repetição de procedimentos licitatórios, a economicidade administrativa e a manutenção da padronização da execução contratual.

1.6 A contratação será realizada mediante Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, observada a participação dos órgãos e entidades abaixo relacionados:

ORDEM	ÓRGÃOS PARTICIPANTES	MANIFESTAÇÃO FOR MALIZADA POR MEIO DO PROCESSO Nº:	CÓPIA MANIFESTAÇÃO
01	Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento	Ofício nº 072/2026	Anexa
02	Secretaria Municipal de Saúde	Ofício nº 078/2026	Anexa
03	Secretaria Municipal de Educação	Ofício nº 144/2026	Anexa



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



04	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia	Ofício nº 036/2026	Anexa
05	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Ofício nº 087/2026	Anexa
06	Secretaria Municipal de Esporte Cultura e Lazer	Ofício nº 033/2026	Anexa

As cópias das manifestações de interesse foram devidamente anexadas neste processo.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Ressalta-se que o presente Termo de Referência apresenta síntese das justificativas técnicas constantes no Estudo Técnico Preliminar, sendo esta parte integrante do processo administrativo de contratação.

2.2 – DA VINCULAÇÃO AO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR”

2.2.1 A presente contratação decorre das conclusões constantes do Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, no qual foram analisadas as alternativas de solução disponíveis para atendimento da necessidade administrativa.

Foram avaliadas:

I – execução direta pela Administração;

II – contratações individualizadas por evento;

III – contratação mediante Sistema de Registro de Preços – SRP;

2.2.2 Concluiu-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços, considerando:

a) a imprevisibilidade da quantidade de eventos ao longo do exercício;

b) a necessidade de contratações parceladas;

c) a economicidade decorrente do ganho de escala;

d) a padronização das estruturas e serviços;

e) a maior eficiência operacional e administrativa.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



2.2.3 A solução escolhida demonstra-se a mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico, conforme análise constante no ETP.”

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

3.1 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

3.1.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, observado a prerrogativa facultada a administração, e a análise conjunta dos seguintes elementos:

- a) Os serviços pretendidos não são de natureza complexa, considerando que o valor estimado para a contratação resulta do somatório dos 06 (seis) lotes em que o objeto está dividido e das estimativas dos 06 (seis) órgãos participantes do processo centralizado, não sendo destinado a um único contrato;
- b) A exigência relativa a comprovação de **Qualificação Econômico-Financeira** e **Qualificação Técnica**, conforme previsto nos *subitens 8.6 e 8.7* deste termo contribui para assegurar a capacidade do Contratado de cumprir suas obrigações, diminuindo a necessidade de garantias adicionais;
- c) Será formalizado instrumento contratual disciplinando as sanções administrativas aplicáveis a presente contratação;
- d) É importante recordar o que estabelece a Constituição Federal, em seu art. 37, inciso XXI: apenas devem ser feitas exigências de qualificação técnica e econômica que sejam indispensáveis para garantir o cumprimento das obrigações.

3.2. DA SUSTENTABILIDADE:

3.2.1. É de total responsabilidade do CONTRATADO o cumprimento das normas ambientais vigentes, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos;

3.2.2. O CONTRATADO deverá tomar todos os cuidados necessários para que não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;

3.2.3. O CONTRATADO deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades envolvidas da contratação pretendida;

3.2.4. No que se aplicar, serão utilizados como critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o que se segue:

3.2.4.1. Observar, no que couber, os Critérios de Sustentabilidade Ambiental previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 6ª Edição Set/2023.

3.2.4.2. Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



3.2.4.3. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR –15448-1 e 15448-2.

3.3. SUBCONTRATAÇÃO

3.3.1 Será admitida a subcontratação parcial do objeto contratual, limitada a até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, conforme disposto no art. 122 da Lei nº 14.133/2021, desde que:

- a) Previamente autorizada pela Administração, mediante solicitação fundamentada da CONTRATADA;
- b) Limitada exclusivamente às parcelas acessórias ou complementares da execução contratual;
- c) Mantida a responsabilidade integral da CONTRATADA perante a Administração Pública pela qualidade, regularidade, segurança e execução de todos os serviços contratados.

3.3.2. PARCELAS SUBCONTRATÁVEIS

3.3.2.1 Poderão ser objeto de subcontratação, mediante prévia e expressa autorização, os seguintes serviços acessórios:

- a) Serviços gráficos: confecção de banners, faixas, cartazes, panfletos e materiais impressos;
- b) Fornecimento de água potável: acondicionamento, transporte e distribuição;
- c) Locação de equipamentos complementares: mobiliário adicional, tendas menores, itens decorativos;
- d) Serviços de limpeza e higienização das estruturas montadas;
- e) Outros serviços acessórios, desde que não enquadrados como parcelas de maior relevância técnica.

3.3.3. VEDAÇÕES À SUBCONTRATAÇÃO

3.3.3.1 É expressamente vedada a subcontratação das seguintes parcelas de maior relevância técnica e operacional:

- a) Sonorização móvel e sistema de som tipo paredão: instalação, operação e manutenção;
- b) Montagem e desmontagem de estruturas principais: palcos, arquibancadas, coberturas;



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



- c) Coordenação geral e gestão operacional dos eventos;
- d) Serviços de engenharia e responsabilidade técnica;
- e) Instalações elétricas e de segurança das estruturas;
- f) Supervisão técnica e controle de qualidade dos serviços

3.4. CONSÓRCIO

3.4.1. Não será admitida a participação de empresas sob a forma de consórcio no presente certame.

3.4.2 A decisão acerca da viabilidade de participação de consórcios em procedimentos licitatórios insere-se no âmbito da discricionariedade administrativa, não se configurando como imposição legal obrigatória. Ressalte-se que a formação de consórcios, por si só, não assegura a ampliação da competitividade do certame; ao contrário, pode, em determinadas circunstâncias, gerar efeitos adversos à concorrência, na medida em que potenciais competidores deixam de disputar entre si para atuarem de forma associada.

3.4.3 Ademais, no curso da pesquisa de mercado realizada, não foram identificados elementos concretos que indiquem que o objeto da contratação extrapola a capacidade operacional, técnica ou econômico-financeira das empresas que usualmente atuam no segmento pertinente.

3.4.4 Destaca-se, ainda, que a participação de consórcios se mostra recomendável, em regra, em contratações caracterizadas por elevado grau de complexidade técnica ou por vulto significativo, hipóteses que não se aplicam ao objeto ora analisado.

3.4.5 Cumpre salientar, por fim, que o valor estimado da contratação decorre do somatório das demandas de 05 (cinco) órgãos participantes, não correspondendo, portanto, à celebração de um único instrumento contratual de grande porte, mas sim à consolidação de estimativas individuais, o que reforça a desnecessidade de admissão de consórcios.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Condições Gerais

4.1.1. O CONTRATADO deverá possuir capacidade operacional, técnica, logística e administrativa compatível com a execução dos serviços objeto da presente contratação, observadas as especificações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e a legislação aplicável.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



4.1.2. Os serviços serão executados de forma parcelada, conforme necessidade do CONTRATANTE, mediante emissão de Ordem de Serviço expedida pelo setor competente, contendo os quantitativos, especificações, local, data, horário e demais informações necessárias à execução dos serviços.

4.1.3. A Ordem de Serviço deverá ser encaminhada ao CONTRATADO com antecedência mínima de:

- a) 08 (oito) dias corridos para eventos de grande porte;
- b) 03 (três) dias corridos para eventos de pequeno e médio porte.

4.1.4. O CONTRATADO deverá possuir capacidade operacional para iniciar a execução dos serviços em até 10 (dez) dias corridos contados da assinatura do contrato.

4.2. OBRIGAÇÕES TÉCNICAS E OPERACIONAIS DA CONTRATADA

4.2.1. Para execução dos serviços, o CONTRATADO deverá:

- a) Executar os serviços em estrita observância às disposições deste Termo de Referência, da Ordem de Serviço emitida pelo CONTRATANTE e das normas técnicas aplicáveis;
- b) Comunicar formalmente ao CONTRATANTE, no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer fato superveniente que possa comprometer total ou parcialmente a execução contratual;
- c) Utilizar exclusivamente equipamentos, estruturas, materiais e acessórios em perfeitas condições de uso, funcionamento, conservação e segurança;
- d) Responsabilizar-se integralmente pela montagem, desmontagem, instalação, operação, manutenção e retirada de todas as estruturas, equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços;
- e) Disponibilizar mão de obra qualificada e em quantitativo suficiente para a adequada execução dos serviços contratados;
- f) Arcar integralmente com todas as despesas decorrentes da execução contratual, inclusive transporte, combustível, alimentação, hospedagem, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, seguros, tributos, taxas e demais custos operacionais;
- g) Fornecer aos trabalhadores todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC necessários à execução dos serviços, em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho;



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



- h) Zelar pela segurança dos trabalhadores, servidores, artistas, colaboradores e público presente nos eventos;
- i) Realizar a montagem das estruturas e equipamentos observando rigorosamente os croquis, layouts e orientações definidos pelo CONTRATANTE, quando disponibilizados;
- j) Manter durante toda a execução do evento as estruturas e equipamentos em pleno funcionamento e em perfeitas condições operacionais;
- k) Providenciar, ao término dos eventos, a desmontagem e retirada integral das estruturas e equipamentos instalados, observando os seguintes prazos:
 - I – até 03 (três) dias corridos após eventos de grande porte;
 - II – até 24 (vinte e quatro) horas após eventos de pequeno e médio porte;
- l) Promover a limpeza completa do local utilizado, removendo resíduos, materiais remanescentes e quaisquer objetos decorrentes da execução dos serviços;
- m) Responsabilizar-se integralmente por danos materiais ou pessoais causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução contratual;
- n) Executar os serviços em conformidade com as normas técnicas da ABNT, legislações específicas, normas regulamentadoras de segurança do trabalho e exigências dos órgãos fiscalizadores competentes.

4.3. DAS EXIGÊNCIAS DE SEGURANÇA E RESPONSABILIDADE TÉCNICA

- 4.3.1. A contratada será integralmente responsável pela segurança estrutural, elétrica, operacional e funcional de todas as estruturas, equipamentos e serviços executados.
- 4.3.2. Todas as instalações elétricas deverão atender integralmente às normas técnicas da ABNT, devendo ser utilizados materiais adequados, conectores apropriados e dispositivos de proteção compatíveis com a carga elétrica utilizada, de forma a evitar aquecimento, sobrecarga, curto-circuito ou qualquer situação de risco.
- 4.3.3. As estruturas metálicas deverão possuir sistema de aterramento elétrico e proteção contra descargas atmosféricas, observadas as normas técnicas aplicáveis da ABNT.
- 4.3.4. As estruturas e equipamentos utilizados nos eventos, especialmente palcos, tendas, camarotes, arquibancadas, estandes, salas climatizadas, sistemas de sonorização, iluminação, painéis de LED e grupos geradores, deverão possuir quadro geral de distribuição de energia compatível com a demanda operacional do evento.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



4.3.5. Quando exigido pela natureza dos serviços, o CONTRATADO deverá providenciar, previamente ao início da execução:

- a) ART – Anotação de Responsabilidade Técnica;
- b) RRT – Registro de Responsabilidade Técnica;
- c) TRT – Termo de Responsabilidade Técnica;
- d) projetos técnicos;
- e) laudos;
- f) memoriais;
- g) aprovações e demais documentos exigidos pelos órgãos competentes.

4.3.6. Os projetos técnicos e documentos de responsabilidade técnica deverão ser emitidos e assinados por profissionais legalmente habilitados junto ao CREA, CAU ou CFT, conforme a natureza do serviço executado.

4.3.7. Para os lotes que envolvam montagem de estruturas temporárias, instalações elétricas, sistemas de sonorização, iluminação, painéis de LED, geradores, camarotes, tendas, arquibancadas, palcos ou serviços sujeitos à fiscalização de segurança contra incêndio e pânico, o licitante deverá apresentar documento válido emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar competente, comprovando a regularidade da empresa perante o órgão, tais como licença, alvará, certificado, declaração de dispensa de licenciamento ou documento equivalente compatível com a atividade exercida.

4.3.8. As estruturas físicas deverão estar integralmente concluídas, testadas, estabilizadas e aptas para utilização:

- a) até 48 (quarenta e oito) horas antes do início dos eventos de grande porte;
- b) até 24 (vinte e quatro) horas antes do início dos eventos de pequeno e médio porte.

4.3.9. Quando exigido pela legislação aplicável ou pela natureza do evento, as estruturas e instalações deverão possuir aprovação, vistoria ou liberação do Corpo de Bombeiros Militar competente, bem como dos respectivos conselhos profissionais.

4.3.10. O CONTRATADO deverá manter disponível, sempre que solicitado pela fiscalização contratual, toda a documentação técnica relacionada à execução dos serviços, inclusive ARTs, RRTs, TRTs, licenças, laudos, certificados, projetos e demais documentos pertinentes.

4.4. FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO

4.4.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pelo CONTRATANTE, podendo este:

- a) solicitar ajustes;
- b) exigir substituição de equipamentos;



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



- c) determinar correções;
- d) suspender serviços executados em desconformidade;
- e) rejeitar estruturas ou equipamentos que apresentem risco operacional ou inadequação técnica.

4.4.2. O descumprimento das exigências técnicas, operacionais ou de segurança previstas neste Termo de Referência poderá ensejar:

- a) aplicação das penalidades contratuais;
- b) suspensão da execução;
- c) glosa de valores;
- d) rescisão contratual;
- e) responsabilização administrativa, civil e criminal do contratado, nos termos da legislação vigente.

4.4.3. A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade integral do CONTRATADO pela execução dos serviços e pela segurança das estruturas e equipamentos disponibilizados.

5 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.1 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.2 As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.3 O Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.4 Após a assinatura do contrato, o Contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



5.6 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

5.6.1 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

5.6.2 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

5.6.3 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.6.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

5.6.5 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

5.7 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.7.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

5.8 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.8.1 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

5.8.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

5.8.3 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

5.8.4 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.8.5 . O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;

5.8.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6 – MATRIZ DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 A matriz de riscos integra o presente Termo de Referência para fins de alocação objetiva das responsabilidades contratuais, nos termos do art. 22 da Lei nº 14.133/2021, visando estabelecer os eventos supervenientes que possam impactar o equilíbrio econômico-financeiro e a adequada execução contratual, bem como definir as respectivas medidas mitigadoras e responsabilidades das partes.

7 CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E REAJUSTE:

7.1 LIQUIDAÇÃO:

7.1.1 Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo **de 10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.1.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.1.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.1.4. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, a qual será verificada mediante consulta on-line em **sítios eletrônicos oficiais dos órgãos competentes** ou, quando necessário, mediante a apresentação da documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.5. A Administração deverá realizar consultas em sítios eletrônicos oficiais, especialmente aqueles destinados à verificação de regularidade fiscal, trabalhista e ao cumprimento dos requisitos de habilitação, para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar eventual impedimento à participação em licitação ou à contratação com o Poder Público, inclusive quanto à existência de sanções administrativas, declarações de inidoneidade ou outras ocorrências impeditivas, diretas ou indiretas, registradas em bases oficiais.

7.1.6. Constatando-se, junto aos sítios eletrônicos oficiais competentes, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, podendo o referido prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.1.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de créditos a serem pagos, para adoção das medidas cabíveis visando à satisfação dos débitos.

7.1.8. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual no âmbito do respectivo processo administrativo, assegurando ao contratado o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.1.9. Havendo a efetiva execução do objeto contratual, os pagamentos poderão ser realizados normalmente até a decisão final quanto à rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação, observando-se o interesse público e as disposições legais aplicáveis.

7.2. PAGAMENTO:

7.2.1 O pagamento será efetuado, no prazo de **até 15 (quinze) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior;

7.2.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária;

7.2.3 O pagamento será realizado por meio de transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado;

7.2.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

7.2.5 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e alterações, além de outras legislações aplicável;

7.2.5.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.2.6 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

7.2.7 O Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras;

7.3. REAJUSTE:

7.3.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **22/04/2026**;

7.3.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

7.3.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



- 7.3.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.3.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.3.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.3.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.3.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, com adoção do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)**, conforme o art. 82 da mesma Lei, sob a forma **PRESENCIAL**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**, conforme justificativa Anexo II.

8.1.2 A adoção da forma presencial para a realização do pregão justifica-se em razão das particularidades do mercado local, especialmente quanto à predominância de fornecedores regionais e à necessidade de garantir maior competitividade e participação efetiva de interessados, considerando limitações operacionais e tecnológicas verificadas no âmbito regional.

8.1.3 Ademais, a realização do certame na forma presencial possibilita maior controle da Administração durante a fase de lances, bem como maior segurança quanto à identificação dos participantes, sem prejuízo da transparência e da competitividade, atendendo ao interesse público e às especificidades da contratação.

8.1.4. A adoção do critério de julgamento por lote justifica-se pela necessidade de execução integrada e coordenada dos serviços destinados à realização de eventos institucionais, culturais, sociais, esportivos, educativos e ações de saúde promovidos pela Administração Pública Municipal, considerando a interdependência operacional entre os itens que compõem cada grupo, bem como a necessidade de compatibilidade técnica, logística e funcional das estruturas e equipamentos utilizados.

8.1.5. O agrupamento dos itens em lotes visa assegurar maior eficiência administrativa e operacional, reduzindo a fragmentação contratual, otimizando a mobilização das equipes, a logística de transporte, montagem e desmontagem das estruturas, além de facilitar a fiscalização e o gerenciamento da execução contratual, proporcionando maior economicidade



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



à Administração em razão dos ganhos de escala obtidos na contratação conjunta dos serviços correlatos.

8.1.6. A modelagem adotada não compromete a competitividade do certame, tendo em vista que os itens agrupados possuem correlação técnica e operacional, sendo usualmente fornecidos por empresas atuantes no segmento de organização, estruturação e suporte a eventos, conforme demonstrado na pesquisa de mercado e no Estudo Técnico Preliminar.

8.1.7. O parcelamento excessivo da contratação poderá comprometer a padronização da execução dos serviços, dificultar a coordenação operacional dos eventos, aumentar os custos administrativos de gestão contratual e gerar riscos à adequada execução das atividades, razão pela qual o agrupamento por lotes mostra-se tecnicamente e economicamente mais vantajoso para a Administração Pública.

8.1.8. A divisão dos itens em lotes observou critérios de compatibilidade técnica, natureza dos serviços e dinâmica de mercado, preservando-se a ampla competitividade, a isonomia entre os licitantes e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos da legislação vigente.

8.1.9 Dessa forma, a divisão da contratação em lotes revela-se a solução mais adequada para garantir a eficiência, a qualidade da execução contratual e o atendimento ao interesse público.

8.2 Forma de execução.

8.2 A execução do objeto será de forma parcelada.

8.3 Exigências de habilitação

8.3.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, nos termos dos artigos 62 a 70, da Lei nº. 14.133/21, e demais legislações correlatas:

8.4 Habilitação jurídica

- a) cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

f) sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

h) sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.5 Habilitação fiscal, social e trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.6 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (art. 69, inciso II, da Lei 14.133/2021);
- c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- I. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- II. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- c.1) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- c.2) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;
- c.3) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), como complemento será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação;
- c.4) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);
- c.5) O atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil;
- d) Relação de compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

8.7 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 8.7.1. Os licitantes deverão apresentar atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para desempenho de



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



atividade compatível com o lote pretendido, em características, complexidade e porte equivalentes ao objeto licitado.

8.7.1.1. A comprovação da capacidade técnico-operacional deverá demonstrar a execução satisfatória de serviços compatíveis com os itens de maior relevância técnica e financeira de cada lote, admitindo-se o somatório de atestados.

8.7.1.2. Será exigida comprovação mínima correspondente a aproximadamente 10% (dez por cento) dos quantitativos estimados dos itens de maior relevância técnica e financeira do respectivo lote.

8.7.1.3. Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou filial.

8.7.1.4. A Administração poderá promover diligências para verificação da autenticidade das informações apresentadas.

8.7.2. Para o LOTE 01 – Estrutura e Infraestrutura de Eventos, será exigido:

- a) Registro da empresa junto ao CREA, CAU ou CFT;
- b) Responsável técnico habilitado, compatível com os serviços estruturais executados;
- c) Comprovação de vínculo profissional;
- d) ART/RRT/TRT quando exigido pela legislação.

8.7.3. Para o LOTE 02 – Sonorização, Iluminação, LED e Energia, será exigido:

- a) Registro da empresa junto ao CREA ou CFT;
- b) Responsável técnico habilitado como Engenheiro Eletricista ou Técnico em Eletrotécnica;
- c) Comprovação de vínculo profissional;
- d) ART/TRT referente aos serviços elétricos e sistemas temporários de energia.

8.7.4. Para o LOTE 04 – Apoio Operacional e Logística, especificamente para os itens de banheiros químicos, deverá ser apresentado Alvará Sanitário válido emitido pelo órgão competente do município sede do licitante e do município onde os serviços serão executados.

8.7.5. Para o LOTE 05 – Pirotecnia, será exigido que o licitante apresente documento emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar competente, relacionado à regularidade da empresa perante o órgão, tais como licença, certificado, declaração de dispensa ou documento equivalente.

Justificativas:

1. *A exigência de atestado de capacidade técnica encontra respaldo no art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, tendo por finalidade comprovar que a licitante possui aptidão técnico-operacional para execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, especialmente em razão da complexidade logística, operacional e estrutural dos eventos abrangidos pelo presente certame.*

A exigência mostra-se necessária para assegurar que a futura contratada detenha experiência prévia na execução de serviços similares, reduzindo riscos de inexecução contratual, falhas



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



operacionais e prejuízos à Administração Pública, considerando a natureza continuada e a relevância dos serviços pretendidos.

2. *A exigência de registro da empresa e de responsável técnico junto ao CREA, CAU ou CFT justifica-se pela necessidade de comprovação da habilitação legal e capacidade técnica para execução de serviços relacionados à montagem de estruturas temporárias, instalações elétricas, sistemas de sonorização, iluminação, painéis de LED e demais atividades que demandam responsabilidade técnica especializada, observadas as normas de segurança, engenharia e regulamentações profissionais aplicáveis.*

3. *A exigência de documento emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar competente para o LOTE 05 – Pirotecnia justifica-se em razão da natureza específica dos serviços, os quais envolvem atividades sujeitas à fiscalização de segurança contra incêndio e pânico, sendo necessária a comprovação de regularidade mínima da empresa perante o órgão competente.*

8.8 Das Declarações

a) Declaração do licitante de que atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei (art. 63, I, da Lei 14.133/2021);

b) Declaração do licitante de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas (art. 63, IV, da Lei 14.133/2021);

c) Declaração do licitante de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º, da Lei 14.133/2021);

d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.8.1. Em se tratando de ME e EPP, declaração de observância e atendimento aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21;

8.8.2 . As declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e subscritas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

8.9 Disposições gerais sobre habilitação

8.9.1 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



8.9.2 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizações pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.9.3 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9.4 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.9.5 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação, correspondente ao valor máximo aceitável pela Administração, é de **R\$ 12.244.201,59 (doze milhões duzentos e quarenta e quatro mil duzentos e um reais e cinquenta e nove centavos)**, apurado mediante regular pesquisa de preços realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, regulamentações aplicáveis e parâmetros praticados no mercado. A estimativa foi formalizada por meio do competente Mapa de Cotação de Preços, documento integrante do processo administrativo, assegurando a observância dos princípios da economicidade, razoabilidade, proporcionalidade e vantajosidade para a Administração Pública.

9.1.1. A formação do preço estimado observou critérios técnicos compatíveis com a complexidade, natureza e dimensão dos serviços pretendidos, considerando custos operacionais, logísticos, mão de obra especializada, montagem, desmontagem, manutenção, transporte, operacionalização dos equipamentos e exigências de segurança inerentes à execução dos eventos.

9.1.2. A estimativa encontra-se acompanhada da respectiva justificativa técnica, contendo os critérios utilizados para seleção das fontes consultadas, metodologia de composição dos preços de referência e demais elementos que demonstram a compatibilidade dos valores estimados com os praticados no mercado, em observância às normas aplicáveis às contratações públicas.

9.2. A presente contratação foi estruturada em 05 (cinco) lotes distintos, agrupados conforme a natureza técnica, operacional e funcional dos serviços, observando-se a compatibilidade entre os itens, a integração operacional necessária à execução dos eventos e a especialização exigida para cada segmento de atuação. A modelagem adotada busca assegurar maior



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



eficiência administrativa, racionalização logística, ampliação da competitividade e adequada fiscalização contratual, sem prejuízo da economicidade.

9.2.1. O agrupamento dos itens em lotes levou em consideração critérios de compatibilidade técnica, interdependência operacional, padronização dos serviços, otimização da execução contratual e redução de riscos relacionados à fragmentação excessiva da contratação, especialmente em serviços que demandam atuação coordenada, responsabilidade técnica específica e integração entre estruturas, equipamentos e equipes operacionais.

9.2.2. A divisão adotada também considera as particularidades do mercado regional e a existência de empresas especializadas por segmento, permitindo a participação competitiva de fornecedores aptos à execução integral de cada lote, sem impor restrições indevidas ao certame.

9.3 A contratação foi estruturada em 05 (cinco) lotes, conforme a natureza e compatibilidade dos serviços, correspondendo aos seguintes valores estimados:

LOTE 01 – Estrutura e Infraestrutura de Eventos: R\$ 5.322.568,16 (cinco milhões, trezentos e vinte e dois mil, quinhentos e sessenta e oito reais e dezesseis centavos);

LOTE 02 – Sonorização, Iluminação, LED e Energia: R\$ 5.190.479,73 (cinco milhões cento e noventa mil quatrocentos e setenta e nove reais e setenta e três centavos);

LOTE 03 – Produção Artística e Entretenimento: R\$ 257.725,10 (duzentos e cinquenta e sete mil, setecentos e vinte e cinco reais e dez centavos); Justifica-se a presente contratação tem por objetivo a seleção de atrações artísticas locais para compor a programação cultural promovida pelo Município de Rorainópolis, visando fomentar a cultura regional, incentivar a economia criativa local e proporcionar entretenimento à população durante os eventos institucionais promovidos pela Administração Pública.

A opção pela realização de procedimento licitatório competitivo decorre da inexistência de interesse da Administração na contratação de artistas específicos ou consagrados cuja escolha inviabilize a competição. O objeto consiste na prestação de serviços artísticos com características previamente definidas neste Termo de Referência, permitindo a participação de diversos artistas, bandas e grupos culturais que atendam aos requisitos estabelecidos.

A contratação busca assegurar a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Além do aspecto cultural, a iniciativa promove o fortalecimento da identidade cultural regional, valoriza artistas locais, estimula a geração de renda no município e contribui para o desenvolvimento social e econômico da comunidade.

O procedimento competitivo permitirá ampla participação dos interessados, garantindo transparência na seleção das atrações e possibilitando a obtenção de condições mais vantajosas para a Administração Municipal, sem prejuízo da qualidade técnica necessária para a execução das apresentações.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



Diante do exposto, resta demonstrado o interesse público da contratação, bem como a viabilidade de competição entre os potenciais prestadores dos serviços artísticos pretendidos pela Administração.

LOTE 04 – Apoio Operacional e Logística: R\$ 457.686,62 (quatrocentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e oitenta e seis reais e sessenta e dois centavos);

LOTE 05 – Pirotecnia: R\$ 101.504,16 (cento e um mil, quinhentos e quatro reais e dezesseis centavos).

LOTE 06 – Premiação, Confecção e Comunicação Visual: R\$ 913.237,86 (novecentos e treze mil duzentos e trinta e sete reais e oitenta e seis centavos).

9.4. A estimativa global da contratação resulta da consolidação das demandas dos órgãos participantes do procedimento centralizado, conforme quantitativos, justificativas técnicas e memória de cálculo constantes do Estudo Técnico Preliminar e demais documentos que instruem o processo administrativo.

9.5. A estimativa de custos considerou, ainda, os riscos inerentes à execução contratual, especialmente aqueles relacionados à logística operacional, montagem de estruturas temporárias, fornecimento de equipamentos, variações de mercado e demais circunstâncias relacionadas à natureza dos serviços, observadas as diretrizes constantes da matriz de riscos prevista no Estudo Técnico Preliminar.

9.6. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados nas hipóteses legalmente previstas, especialmente em decorrência de:

- a) redução dos preços praticados no mercado;
- b) fato superveniente que eleve os custos da contratação;
- c) força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;
- d) criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

9.6.1. Os preços registrados poderão ser reajustados, observada a periodicidade mínima de 01 (um) ano, contada na forma da legislação vigente, mediante aplicação do índice previsto para a contratação.

9.7. A estimativa global da contratação resulta da consolidação das demandas dos órgãos participantes do procedimento centralizado, conforme quantitativos e justificativas constantes do Estudo Técnico Preliminar e demais documentos que instruem o processo administrativo.

9.8 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante no Estudo Técnico Preliminar.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



9.9 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

9.9.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.9.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A indicação da dotação orçamentária e emissão da Declaração do Ordenador de Despesa ocorrerá em momento oportuno, para efeito da contratação dos serviços, nos termos do art. 17 do Decreto Nº 11.462, de 31 de março de 2023.

11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

11.1. Obrigações da Contratante:

11.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o instrumento contratual;

11.1.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor(es) especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.1.3. Notificar o CONTRATADO por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.1.4. Comunicar o CONTRATADO para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no contrato e anexos;

11.1.6 . Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e no Contrato;



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



11.1.7 Cientificar a Procuradoria Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

11.1.8 . Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.1.9 A Administração terá o prazo de até 1 (um) mês para decidir, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

11.1.10 Notificar os emitentes das garantias de execução, nos termos do §4º, art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

11.1.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

11.1.12 Indicar ao Contratado os locais exatos onde deverão ser montadas/instaladas as estruturas e equipamentos locados.

11.2. Obrigações da Contratada:

11.2.1 Cumprir todas as obrigações constantes no Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

11.2.2 Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.2.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



- 11.2.4 Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;
- 11.2.5 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 11.2.6 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 11.2.7 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 11.2.8 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas e em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.2.9 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 11.2.10 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 11.2.11 Assegurar a disponibilidade completa da infraestrutura necessária, adequada e suficiente, através da utilização de materiais e pessoal devidamente qualificados e especializados;
- 11.2.12 Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em decorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que seja ocorrido nas dependências do Contratante ou nas dependências do local da realização do evento;
- 11.2.13 Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução dos serviços;
- 11.2.14 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento do Contratante;
- 11.2.15 Arcar com todos os encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, tais como impostos, taxas e multas resultantes da execução dos serviços, previstos na legislação vigente;
- 11.2.16 Comunicar, de imediato do acontecimento, ao Contratante toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada na execução dos serviços;



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



- 11.2.17 Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- 11.2.18 Responder, nos termos da lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução do instrumento contratual, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis;
- 11.2.19 Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial o CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução dos serviços objeto da contratação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE, conforme disposto no art. 120, da Lei nº 14.133/2021;
- 11.2.20
- 11.2.21 Comunicar à fiscalização do contratante, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;
- 11.2.22 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência do contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;
- 11.2.23 Informar, para fins de recebimento de citações, intimações, ordem de serviço, e outras comunicações oficiais como Contratante, o nome do seu preposto, seu endereço comercial, E-mail (endereço eletrônico) e nº de telefone para contato;
- 11.2.24 Responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente ao CONTRATANTE ou a sem bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pelo CONTRATANTE;
- 11.2.25 Repor, reparar, corrigir, reconstruir ou substituir, de imediato no todo ou em partes, os serviços contratados que apresentarem por qualquer motivo, defeitos, falhas, irregularidades e ou incorreções;
- 11.2.26 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, face a inexistência de vínculo empregatício destes com o Contratante;

12. DO SISTEMA DE REGISTROS DE PREÇOS:

12.1. Pretende-se a adoção do sistema de registro de preços, devido ao fato de este sistema ser um forte aliado aos princípios da eficiência e da economicidade, bem como por se tratar:

- a) Da necessidade de contratações sucessivas do objeto/contratações permanentes ou frequentes;



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



- b) De ser mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços a serem remunerados por unidade de medida; como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;
 - c) De ser conveniente a contratação de determinado objeto para atendimento; de um ou mais órgão ou entidades da Administração Municipal;
 - d) De não ser possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração Municipal;
 - e) De atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão.
- 12.2. A quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida serão as constantes no Termo de Referência. (Art. 82, incisos I, da Lei nº 14.133/2021);
- 12.3. Não haverá previsão de quantidade mínima de unidade de bens a serem cotados, os mesmos serão os constantes deste Termo de Referência. (Art.82, inciso II, da Lei nº 14.133/2021);
- 12.4. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação;
- 12.5. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega e de acondicionamento do objeto, tamanho de lote, ou qualquer outro motivo;
- 12.6. As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes são as constantes na minuta da Ata de Registro de Preços;
- 12.7. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para no prazo de 05 (cinco) dias, assinar à ata de registro de preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021;
- 12.8. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- a) A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo;
 - b) A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 12.9. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;
- 12.10. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado;
- 12.11. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será conferida quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente;



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



12.12. A prorrogação da Ata de Registro de Preços (ARP) poderá ocorrer por igual período ao inicialmente estabelecido, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados para a Administração. Nessa hipótese, admite-se a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, desde que haja justificativa técnica devidamente fundamentada, compatibilidade com a necessidade administrativa e observância das condições de mercado e do interesse público, em conformidade com o PARECER n. 00453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU;

12.13. Os prazos de vigência dos eventuais contratos decorrentes do registro observarão os limites previstos no Capítulo V do Título III da Lei 14.133/2021;

12.14. Durante a vigência da ata, os órgãos e/ou entidades que não participaram do procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os requisitos e as demais condições dispostas na minuta padronizada de Ata de Registro de Preços.

13 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1 O adjudicatário terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis., contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato. Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

13.2 O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do

13.3 Adjudicatário e aceita pela Administração.

13.4 O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

13.5 O Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

14 DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 A contratação será considerada extinta quando cumpridas, pelas partes, todas as obrigações pactuadas, mesmo que tal cumprimento ocorra antes do prazo estipulado para a vigência contratual.

14.2 Caso as obrigações não sejam cumpridas no prazo inicialmente previsto, a vigência poderá ser prorrogada até a conclusão integral do objeto, devendo a Administração, nesse caso, providenciar a readequação do cronograma da contratação.

14.3 O Município de Rorainópolis-RR reserva-se o direito de impugnar o fornecimento prestado, no todo ou em parte, caso este não esteja em conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência ou das condições contratuais.

14.4 Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis, podendo-se recorrer, de forma



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



subsidiária, à Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e aos princípios gerais dos contratos administrativos.

14.5 Eventuais alterações contratuais observarão o disposto nos arts. 124 a 137 da Lei nº 14.133/2021.

14.6 O Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições pactuadas, as alterações quantitativas que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

14.7 As supressões contratuais poderão exceder o limite referido no item anterior, quando resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes, conforme disposto no art. 125, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

14.8 As alterações contratuais deverão ser formalizadas por meio de termo aditivo, submetido à prévia manifestação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada urgência devidamente motivada, hipótese em que a formalização poderá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme art. 125, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

14.9 Modificações contratuais que não alterem o conteúdo substancial do contrato, tais como ajustes de referências administrativas, poderão ser formalizadas por apostila, dispensando-se a celebração de termo aditivo, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

14.10 A contratação observará os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, conforme a Lei nº 14.133/2021.

14.11 Fica eleito o foro da Comarca de Rorainópolis/RR para dirimir quaisquer conflitos oriundos da presente contratação, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Declaro que elaborei o presente Termo de Referência em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, suas regulamentações e normas correlatas, atestando a adequação técnica das especificações, justificativas e estimativas apresentadas.

Mislany da Costa Figueiredo
Assessora Técnica

Nos termos do art. 6º, inciso XXIII, c/c art. 18, §1º da Lei nº 14.133/2021, **APROVO** o presente Termo de Referência, autorizando o prosseguimento dos atos necessários à deflagração do procedimento licitatório.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



ADRIANO SOUZA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Gestão e Planejamento
Decreto P-020/2026

ANEXO I - TABELA CONSOLIDADA DE DIVISÃO DE ITENS

LOTE 01 (ESTRUTURA E INFRAESTRUTURA DE EVENTOS)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VLR UNIT.	VALOR TOTAL
1	LOCAÇÃO DE TABLADO, Característica(s): estrutura de madeira medida 1x1m revestido com carpete ou material substituto e rampa para acesso de cadeirante. Incluindo montagem, desmontagem e manutenção durante o evento.	M²	1.000	R\$ 68,32	R\$ 68.320,00
2	LOCAÇÃO DE PISO, Característica(s): sem cobertura em alumínio (liga estrutural) em módulos de 2m x 1m revestido em madeira compensado antiderrapante naval de 25mm, capacidade de carga de 750Kg/m². Base (pés) e sistema de travamento em alumínio com espessura de parede de 5mm de alumínio, com sapatas de alumínio com sistema para nivelamento ajustável. Incluindo montagem, desmontagem e manutenção durante o evento.	M²	1.000	R\$ 128,44	R\$ 128.440,00
3	LOCAÇÃO DE PALCO MEDIO PORTE TIPO 1, Característica(s): palco modulado meia água, medindo 1,80m x 10m x 8m (A x L x P), cobertura com 4m de altura, contendo 01 house mix medindo 0,50m x 5m x 5m (A x L x P), isolamento com cerca modular, 01 camarim medindo 6m x 4m (L x P), 06 praticáveis medindo 0,50m x 2m x 1m (A x L x P) para músicos e instrumentos, 02 estruturas para fly em Q30 com 8 metros de altura e	DIARIA	38	R\$ 18.570,22	R\$ 705.668,36



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



	praticáveis para subs, escada de acesso e piso linóleo. Incluindo montagem, desmontagem e manutenção durante o evento.				
4	LOCAÇÃO DE PALCO DE GRANDE PORTE TIPO 1, Característica(s): palco modulado, tipo meia água, com estrutura e cobertura em Q30, medindo 1,80m x 12m x 10m (A x L x P), cobertura com 6m de altura, palco modulado com fechamento em tecido preto, contendo 01 house mix coberta medindo 0,60m x 5m x 5m (A x L x P), isolamento com cerca modular, 01 camarim medindo 6m x 4m (L x P), 10 praticáveis pantográficos com roda medindo medindo 0,50m x 2m x 1m (A x L x P) para músicos e instrumentos, 02 estruturas para fly em Q30 com 10 metros de altura com praticáveis para subs, escada de acesso e piso linóleo. Incluindo montagem, desmontagem e manutenção durante o evento.	DIARI A	15	R\$ 23.811,17	R\$ 357.167,55
5	LOCAÇÃO DE CAMAROTE, Característica(s): com 1 (uma) água, com no mínimo 02 pontos de luz e 02 tomadas de 110 volts, com piso de estrutura metálica, com compensado naval, escada individual com 08 degraus, devidamente sinalizados com fitas adesivas apropriadas e corrimão nas laterais, cobertura em lona vinílicas e estrutura metálica envolvida em tecido helanca cores variadas a ser definido de acordo com o evento, na frente, laterais e fundos, e com sistema de aterramento e acessibilidade: (rampa, acesso, espaço, banheiros e apoio aos PCD), conforme as normas da ABNT e 02 extintores. Incluindo montagem, desmontagem e manutenção durante o evento.	M²	1.000	R\$ 156,92	R\$ 156.920,00



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



6	LOCAÇÃO DE MÓDULO DE ARQUIBANCADA COM COBERTURA MEDINDO 30m com até 8 degraus, Característica(s): montada em madeira e tubo, parapeito traseiro, dianteiro e corrimão lateral com altura de 1,20m de altura, com intervalo vertical de 15cm de largura, devidamente sinalizados e iluminados, montadas a partir do solo, considerando 2 pessoas por metro linear em atendimento às normas do corpo de bombeiros do estado de Roraima, com fitas adesivas apropriadas e cobertura em lona vinílicas e fechamento nas laterais e fundos em lona vinílicas e frente envolvida totalmente em tecido helanca em cores variadas a ser definido de acordo com o evento, com sistema de aterramento, estabilizada e sobreposta em sapatas metálicas e acessibilidade: (rampa, acesso, espaço, banheiros e apoio ao PCD), conforme as normas da ABNT. O material dos pisos e assentos deverá ser em compensado resinado antiderrapante, em bom estado (livre de pregos, parafusos e grampos que causem risco) , com espessura superior à 15mm e comprimento de 2,30m à 2,50m fixado com rebites em uma estrutura metálica galvanizada, auto-travante sem a possibilidade de deslocamento e sem ressalto ou gretas e 02 extintores. Incluindo montagem, desmontagem e manutenção durante o evento.	DIARI A	6	R\$ 32.392,50	R\$ 194.355,00
---	--	------------	---	------------------	----------------



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



7	LOCAÇÃO DE CERCA MODULAR DE ISOLAMENTO /GUARDA CORPO: Característica(s): em estrutura tubular metálica galvanizada modulada nas dimensões de 2m de comprimento por 1,20m de altura, executadas com tubos galvanizados de diâmetro mínimo de 1 1/4 polegadas com espessuras mínimas de 2,65mm de parede de modo a proporcionar um peso próprio compatível com as necessidades de isolamento para público. as divisões internas de fechamento das cercas poderão ser em tubos ou barras metálicas, não podendo proporcionar espaçamento maior, que 10cm entre elas de modo a não causar acidentes com crianças. as ligações entre cercas deverão ser um sistema de encaixe que garanta a continuidade e estabilidade da linha, permitindo a transferência e distribuição de cargas entre elas. Incluindo montagem, desmontagem e manutenção durante o evento.	DIARI A	1.900	R\$ 63,33	R\$ 120.327,00
8	LOCAÇÃO DE PLACAS DE FECHAMENTO METÁLICO, medindo 2,40x2m. Incluindo montagem, desmontagem e manutenção durante o evento.	DIARI A	300	R\$ 64,61	R\$ 19.383,00
9	LOCAÇÃO DE ESTRUTURA GRID – Estrutura de alumínio tipo grid (box Truss) pra suporte banners, backdrops equipamentos de iluminação e sonorização e/ou painéis eletrônicos. Incluindo montagem, desmontagem e manutenção durante o evento.	Metro linear	4.100	R\$ 95,72	R\$ 392.452,00
10	LOCAÇÃO DE TENDA PIRAMIDAL TIPO 2, Característica(s): tamanho 5m x 5m, com área total de 25m ² , com cobertura em lona branca black out, com 02(dois) fechamentos lateral em lona branca, com base em estrutura ferro galvanizado com Pé direito em 2.5m/h ,e eixo central (cumeeira) de 3,5m. Deverá conter: 01 ponto de	DIARI A	280	R\$ 950,00	R\$ 266.000,00



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



	iluminação, 01 ponto de tomada de 110 volts, iluminação aérea LED luz branca (01) luminária de 150watts, 01(um) interruptor fixado no pé da tenda. Incluindo montagem, desmontagem e manutenção durante o evento.				
11	LOCAÇÃO DE TENDA PIRAMIDAL TIPO 3, Característica(s): tamanho 10m x10m, com área total de 100m2, com cobertura em lona branca black out, com 02(dois) fechamentos lateral em lona branca, com base em estrutura ferro galvanizado com Pé direito em 3m/h, e eixo central (cumeeira) de 4,5m. Deverá conter: 01 ponto de iluminação, 01 ponto de tomada de 110 volts, iluminação aérea LED luz branca (01) luminária de 150watts, 01(um) interruptor fixado no pé da tenda.	DIARI A	395	R\$ 1.491,67	R\$ 589.209,65
12	LOCAÇÃO DE SALA CLIMATIZADA TIPO 1, Característica(s): medindo 25m ² (5m x 5m), com porta de abertura para fora, climatizada com ar condicionado 16.000btus, com 02(dois) meio painel e vidro, com as paredes/divisórias estruturadas em painel TS branco ou produto similar, sustentado por perfil de alumínio octogonal em 2.20m/h e travessas de alumínio Z450-096, com forro pergolado 1m x 1m sustentado com travessas de alumínio Z500-096, iluminada com 02(duas) lâmpadas (branca) de LED 20w cada, com 02(dois) interruptores, e 03(três) tomadas de sobrepor com 110v. 01(uma) mesa plástica com 04(quatro) cadeiras plásticas sem braço. 01(um) cesto de lixo 100 litros. Montagem de piso/tablado 5m x 5m - 25m ² , piso suspenso do chão 8cm/h, e forrado com folha de compensado reciclado de 4mm fixado no piso. Montar rede elétrica e quadro de distribuição com disjuntores individuais para: ar condicionados, lâmpadas e	DIARI A	60	R\$ 7.217,67	R\$ 433.060,20



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



	tomadas fixados na estrutura e protegido de chuva. Incluindo montagem, desmontagem e manutenção durante o evento.				
13	LOCAÇÃO DE ESTANDE TIPO 1, Característica(s):Estande medindo 6m ² (3m x 2m) montado com parede/divisória - painel TS branco ou produto similar, sustentado por perfil de alumínio octogonal em 2.20m/h e travessas de alumínio Z450-096, com pergolado 1m x 1m sustentado com travessas de alumínio Z500-096. Com 01(uma) tomada de sobrepor 110v, 02(dois) Spot de iluminação com 01(uma) lâmpada de 20w LED em cada um. Montar Rede elétrica com quadro de distribuição com disjuntor. Montagem de piso/tablado 3x2m, suspenso do piso/chão 8cm, e forrado com folha de compensado reciclado de 4mm fixado no piso. Incluindo montagem, desmontagem e manutenção durante o evento.	DIARI A	300	R\$ 1.235,00	R\$ 370.500,00
14	LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO INDIVIDUAL: portátil, tipo STANDARD, em polietileno ou material similar, com teto translúcido, com caixa de dejetos com capacidade mínima de 200lts, com vaso sanitário e mictório, assentos e tampa, com porta objeto, porta papel higiênico, ponto de ventilação natural, fechadura de metal com sinalizador (livre/ocupado). Piso antiderrapante. Paredes laterais e fundo com ventilação. Banheiro contendo adesivo identificador de masculino e/ou feminino. Dimensões mínimas: altura de 2,10m, largura de 1,10m, comprimento 1,10m. Será de Responsabilidade do Contratado: Disponibilizar manutenção e higienização diária, reposição de produtos químicos, papel higiênico, papel toalha, sabonete líquido, água para o lavatório, limpeza e reposição dos insumos conforme necessidade/ utilização.	DIARI A	250	R\$ 663,33	R\$ 165.832,50



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



	Instalar/disponibilizar as cabines observando as normas de segurança e de fiscalização sanitária. Retirar e transportar, com limpeza da área de uso e correto descarte dos materiais utilizados, atendendo a legislação ambiental com relação a operação de tratamento e a destinação dos resíduos.				
15	LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO PORTATIL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD): em polietileno ou material similar, com com teto translúcido, com caixa de dejetos com capacidade mínima de 150lts, com vaso sanitário e mictório, assento e tampa, com porta objeto, porta papel higiênico, fechamento com identificação de ocupado, adesivo de identificação PCD, piso rebaixado e antiderrapante, corrimão interno de apoio. Dimensões mínimas: altura de 2,30m, largura de 1,50m, comprimento 1,5m; Altura do assento: 460 mm; Será de Responsabilidade do Contratado: Disponibilizar manutenção e higienização diária, reposição de produtos químicos, papel higiênico, papel toalha, sabonete líquido, água para o lavatório, limpeza e reposição dos insumos conforme necessidade/ utilização. Instalar/disponibilizar as cabines observando as normas de segurança e de fiscalização sanitária. Retirar e transportar, com limpeza da área de uso e correto descarte dos materiais utilizados, atendendo a legislação ambiental com relação a operação de tratamento e a destinação dos resíduos.	DIARI A	60	R\$ 872,00	R\$ 52.320,00
16	LOCAÇÃO DE CADEIRAS INDIVIDUAIS. cadeiras de plástico resistente, sem braço, na cor branca e empilhável, resistente até 140kg. todos os itens devem ser iguais na cor branca.	UND	105.60 0	4,75	R\$ 501.600,00



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



17	LOCAÇÃO DE MESA DE PLÁSTICO resistente medindo 0,70 x 0,70 cm.	UND	3.900	6,67	R\$ 26.013,00
18	DECORAÇÃO E ORNAMENTAÇÃO DE AMBIENTES COMPOSIÇÃO CENOGRÁFICA COMPLETA: Serviços de execução, montagem, manutenção e desmontagem de decoração cenográfica para show de grande porte em ambiente externo, incluindo estruturas temáticas compostas por esculturas e elementos decorativos modelados em ferro e isopor, cenários instagramáveis, painéis revestidos em tecidos e malhas tensionadas com pintura artística, além de esculturas revestidas em material vinílico. A contratação inclui iluminação decorativa com mangueiras de LED, piscas, refletores RGB de alta potência, cabeamento técnico (PP 5mm, cabos 4mm e cabos de aço), materiais de fixação (abraçadeiras diversas) e suporte operacional. A temática deverá ser definida pela contratante e adequada ao conceito visual do evento. A contratada será responsável por atender todas as normas técnicas da ABNT, emissão da ART/CREA e Laudo de Vistoria do Corpo de Bombeiros de Roraima	UND	30	R\$ 25.833,33	R\$ 774.999,90
Valor Total: CINCO MILHÕES TREZENTOS E VINTE E DOIS MIL QUINHENTOS E SESENTA E OITO REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS					R\$ 5.322.568,16

LOTE 02 (SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, LED E ENERGIA)

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VLR UNIT.	VALOR TOTAL
1	LOCAÇÃO DE CLIMATIZADOR, Característica(s): climatizador, medindo 230cm x 57cm x 49cm (A x L x P), com pedestal, alcance frontal de 10 metros, vazão de ar de 2,760m³/h, nível máximo de ruído de 61dB, voltagem de 127 e ou 220v,	DIARIA	270	R\$ 915,00	R\$ 247.050,00



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



	reservatório de 100 litros, Características Adicional(is): fornecimento de água, com sistema de ventilação e pulverizador.				
2	LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR TIPO 2, Cara110V-220V-380V, frequência de 50/60Hz, disjuntor de proteção, silenciado em nível de ruído sonoro 32DBA, motor a diesel, regulador isócrono de velocidade, módulo digital de injeção, 04 poios, isolamento classe H e regulador eletrônico de tensão. Característica(s) Adicional(is): acompanha cabos e combustível. característica(s): com capacidade de 80KVA, trifásico, tensão de	DIARIA	31	R\$ 6.115,88	R\$ 189.592,28
3	LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR TIPO 4, Característica(s): com capacidade de 150KVA, trifásico, tensão de 110V-220V-380V, frequência de 50/60Hz, disjuntor de proteção, silenciado em nível de ruído sonoro 85DBA, motor a diesel, regulador isócrono de velocidade, módulo digital de injeção, 04 poios, isolamento classe H e regulador eletrônico de tensão. Característica(s) Adicional(is): acompanha cabos e combustível.	DIARIA	31	R\$ 8.220,00	R\$ 254.820,00
4	LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR TIPO 7, Característica(s): com capacidade de 260KVA, trifásico, tensão de 110V-220V-380V, frequência de 50/60Hz, disjuntor de proteção, silenciado em nível de ruído sonoro 85DBA, motor a diesel, regulador isócrono de velocidade, módulo digital de injeção, 04 poios, isolamento classe H e regulador eletrônico de tensão. Característica(s) Adicional(is): acompanha cabos e combustível.	DIARIA	31	R\$ 12.583,33	R\$ 390.083,23
5	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO TIPO 1, Característica(s): Sistema de Sonorização de micro porte com 3 (três) microfones sem fio de bastão UR4, 1(uma) mesa de som digital de 16 canais SI EXPRESSION 1, 04 (quatro) caixas de som trapezoidais de 800 WRMS com tripé VTX, 2 (dois) retornos VTX de 500 WRMS, com	DIARIA	61	R\$ 3.270,00	R\$ 199.470,00



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



	operador de áudio. Características Adicional(is): acompanha cabos e acessórios. Incluindo montagem, desmontagem e a operacionalização do som durante o evento.				
6	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO TIPO 5, Característica(s): Sendo 01 console digital de 24 canais, 06 caixas line array com potência mínima de 800W, resposta de frequência de 60Hz a 18Khz, cobertura horizontal mínima de 90 graus, 04 caixas tipo subwoofer com potência de 800W, amplificação e resposta de frequência de 25Hz a 150Hz, 04 caixas de som amplificadas para monitores com potência de 400W, 12 microfones dinâmicos, 02 microfones condensadores, 01 bateria acústica completa, 01 amplificador de guitarra, 01 amplificador de baixo, 10 pedestais tipo girafa, 06 transformadores de linha direct box, 01 ilha de edição de som e sistema de distribuição de energia devidamente aterrado, Características Adicional(is): Acompanha cabos e acessórios. Incluindo montagem, desmontagem e a operacionalização do som durante o evento.	DIARIA	21	R\$ 39.727,33	R\$ 834.273,93
7	SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO DE PEQUENO PORTE TIPO 2 24 PAR LED 3W RGBW de 220 V, com garras para fixação; 06 ovingledspot, com garras para fixação; 06 Ribaltas de led RGBW, com garras para fixação; 01 Mesa de iluminação Digital, compatível a quantidade de equipamentos e especificações; 01 Spliter Delta; 01 Máquina de fumaça com ventilador; Características Adicional(is): Acompanha cabos e acessórios. Incluindo montagem, desmontagem e a operacionalização do sistema de iluminação durante o evento.	DIARIA	15	R\$ 12.483,33	R\$ 187.249,95



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



8	SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO DE MEDIO PORTE TIPO 1 36 Par 64, com garras para fixação, sendo 12 refletores#05 / 16 refletores # 01 / 08 refletores #2, com garras para fixação; 36 PAR LED 3W RGBW de 220 V, com garras para fixação; 08 BEAM 700W, com garras para fixação; 12 Moving Head Spot de 700W, com garras para fixação; 08 Moving Head de Led de 10W RGBW, com garras para fixação; 12 Elipsoidal ETC 750 W / 220 V de 36º, com garras para fixação; 10 Setlight de 1.000W,com garras para fixação; HQL; 06 Mini Brute, com garras para fixação; 02 Canhões Seguidores HMI de 1500 W com tripés e operadores; 01 Mesa de iluminação Digital compatível a quantidade de refletores e especificações; Rack (s) Digital /Dimmer DMX, compatível a quantidade de refletores e especificações sem oscilação e aterrado; 02 Máquinas de fumaça com ventilador; Estrutura em box truss P30 em quantidade suficiente para fixação e suspensão do material citado; Características Adicional(is): Acompanha cabos e acessórios. Incluindo montagem, desmontagem e a operacionalização do sistema de iluminação durante o evento.	DIARIA	12	R\$ 22.683,33	R\$ 272.199,96
9	SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO DE GRANDE PORTE TIPO 1 60 PAR LED 10W RGBWA, com garras para fixação; 08 Strobos de led de 3.000W; BEAM com Lâmpada 5R, com garras para fixação; 32Moving Head de Spot 1.200, com garras para fixação; 16 Moving Head de Led de 700W RGBW, com garras para fixação; lipsoidal ETC 750 W / 220 V de 36º, com garras para fixação; 12 Mini Brute; 02Man Power; NPU; 02 Canhões Seguidores HMI de 1.500 W com tripés e operadores; 01 Mesa de iluminação digital (Controle em tempo real para 65.536 parâmetros (até 256 universos de DMX) por sessão em conexão com o software NPU 23 (network processor unit); - 4.096 parâmetros HTP / LTP (6 x DMX OUT); 1 monitor interno (WIDE) touchscreen (15,4" WXGA);Conexão	DIARIA	18	R\$ 38.976,67	R\$ 701.580,06



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



	para 2 monitores externos UXGA (podem ser touchscreens); 1 tela de comando interna – multi-touch(9" SVGA); 15 faders executores; 2 conectores ethercon; 4 conectores USB; Asa de monitores motorizada; 2 a/b fader de 100 mm; Teclas silenciosas, retroiluminadas e de dimerização individual); 02 Máquinas de fumaça com ventilador; Estrutura em box truss P50 em quantidade suficiente para fixação e suspensão do material citado e Gelatinas em cores diversas; Características Adicional(is): Acompanha cabos e acessórios. Incluindo montagem, desmontagem e a operacionalização do sistema de iluminação durante o evento.				
10	ILUMINAÇÃO BRANCA DE GRANDE PORTE: locação de sistema de iluminação branca de grande porte - 46 refletores - iluminação branca de grande porte: locação de sistema de iluminação branca de grande porte - 46 refletores	DIARIA	14	6.550,00	R\$ 91.700,00
11	LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED TIPO 3 (médio porte), Característica(s): medindo 6m x 4m, PAINEL DE LED (OUTDOOR) P4MM INDOOR: resolução em alta definição real, placas medindo no mínimo 0,50m de altura por 0,50m de largura para formatação de painel com 6m de altura por 4m de largura, num total de 48 placas, brilho do display de no mínimo 16000 NITS, densidade de PIXELS de no mínimo. Processador de vídeo com entradas: VGA, HDMI, DVI e RCA, vídeo composto, placa controladora com duas saídas e com notebook disponível com sistema para transmissão e repetição de vídeos e TV aberta e monitoramento, com o programa compatível, estrutura em Q30 para posicionamento do equipamento. Incluindo montagem, desmontagem e a operacionalização do sistema dos equipamentos durante o evento.	DIARIA	56	R\$ 7.294,38	R\$ 408.485,28



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



12	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO UND. TIPO 2, Característica(s): Sendo 01 console digital de 16 canais SI EXPRESSION 1, 06 caixas amplificadas VTX sendo 02 caixas para delay, com potência de 600W, cobertura horizontal mínima de 60 graus e tripé, 04 caixas amplificadas tipo subwoofer com potência de 1000W, amplificação, 04 microfones de bastão sem fio UR4, 02 Microfones head set sem fio UHF, 02 microfones dinâmicos com fio. Características Adicional(is): acompanha cabos e acessórios. Incluindo montagem, desmontagem e a operacionalização do som durante o evento.	DIARIA	65	R\$ 14.365,00	R\$ 933.725,00
13	LOCAÇÃO DE SOM, tipo paredão, com configuração mínima de 8 graves 20 médios, 20 cornetas e 12 tweeter, com mesa de som, possuir no mínimo 1 microfone sem fio e 1 microfone com fio, leitor de cd que execute mp3 e outros formatos, potência rms de no mínimo 15.000 watts, autonomia mínima sem utilização de energia de 4 horas, para eventos tipo puxada, passeata, zumba na praça na sede do município, incluindo deslocamento do paredão.	DIARIA	300	R\$ 1.175,00	R\$ 352.500,00
14	SERVIÇOS DE CARRO DE SOM para realização de eventos institucionais, anúncios de ações da Secretaria Municipal de Saúde, com motorista, combustível, e demais insumos, carro licenciado junto aos órgãos competentes, com condutor devidamente habilitado, possuir no mínimo 1 microfone sem fio, 1 microfone com fio, leitor de cd mp3 e outros formatos, som com potência, igual ou superior a 8.000 watts para atender a Secretaria de Saúde.	HORAS	1.000	R\$ 128,75	R\$ 128.750,00
Valor Total: CINCO MILHÕES CENTO E NOVENTA E UM MIL QUATROCENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E SESSENTA E NOVE CENTAVOS					R\$ 5.191.479,69



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



LOTE 03 (PRODUÇÃO ARTISTICA E ENTRETENIMENTO)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VLR UNIT.	VALOR TOTAL
01	ATRAÇÃO LOCAL: contratação de atração de renome local, artista ou banda com repertório voltado para os ritmos de axé, forró, mpb ou pop rock para realização de shows em praça pública com duração mínima de duas horas, composta de no mínimo 06 integrantes, munidas de todos os instrumentos de palco necessário para sua apresentação	UND	20	6.578,33	R\$ 131.566,60
02	Locução de Texto / Mestre de Cerimônia / Locutor / Apresentador - MESTRE DE CERIMÔNIA - Profissional de atuação regional com experiência na área e que seja capacitado para conduzir o cerimonial dos eventos com desenvoltura, boa postura, adequada presença de palco, boa dicção, voz adequada à apresentação de cerimonial, articulação e interpretação de possíveis improvisos durante o evento. Profissional devidamente uniformizada(o), deverá ter experiência no trato com autoridades e conhecimento de normas de cerimonial público. Ter disponibilidade para ensaio e experiência no uso de teleprompter. Deverá assinar termo de uso de imagem e voz. Profissional sujeito à aprovação do contratante	DIARIA	80	R\$ 1.515,33	R\$ 121.226,40
03	Atração artística - DJ local - atração artística	UND	5	986,42	R\$ 4.932,10
Valor Total: DUZENTOS E CINQUENTA E SETE MIL SETECENTOS E VINTE E CINCO REAIS E DEZ CENTAVOS					R\$ 257.725,10



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



LOTE 04 (APOIO OPERACIONAL E LOGÍSTICA)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VLR UNIT.	VALOR TOTAL
01	REFEIÇÃO: refeição tipo almoço e/ou jantar para artistas e colaboradores do evento, contendo aproximadamente: 150g de arroz branco ou baião, 150g de carne vermelha ou branca, podendo ser 150g de linguiça, 60g de salada crua ou cozida e 30g de farofa, acompanhando 250ml de refrigerante.	UND	786	R\$ 48,67	R\$ 38.254,62
02	SEGURANÇA - SERVIÇOS DE SEGURANÇA - disponibilizar profissionais não armados e devidamente uniformizados, com crachá de identificação e munidos de rádios comunicadores, para segurança dos camarotes e apoio nas demais dependências de acordo com o local estabelecido pela coordenação.	UND	400	R\$ 260,00	R\$ 104.000,00
03	HOSPEDAGEM BANDAS - quartos duplos, solteiro ou casal. incluso café da manhã.	DIARIA	200	R\$ 346,33	R\$ 69.266,00
04	HOSPEDAGEM BANDAS - quartos triplos, camas de solteiro. incluso café da manhã.	DIARIA	100	R\$ 370,00	R\$ 37.000,00
05	HOSPEDAGEM BANDAS - superior com cama king e sofá-cama. incluso café da manhã.	DIARIA	200	R\$ 456,33	R\$ 91.266,00
06	ÁGUA MINERAL natural potável, não gaseificada, acondicionada em copos de plástico não retornável de 300 ml, com lacre de segurança.	UND	45000	R\$ 2,62	R\$ 117.900,00
Valor Total: QUATROCENTOS E CINQUENTA E SETE MIL SEISCENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS					R\$ 457.686,62



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



LOTE 05 (PIROTECNIA)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VLR UNIT.	VALOR TOTAL
01	SHOW DE PIROTECNIA SILENCIOSO (sem barulho): a apresentação deverá ter no mínimo 12 minutos de duração, com fogos sem ruídos dos, com os mais variados tipos de fogos e com as seguintes quantidades e especificações: - 30 torta leque show - 200 morteiros de - show de pirotecnia silencioso (sem barulho): a apresentação deverá ter no mínimo 12 minutos de duração, com fogos sem ruídos dos, com os mais variados tipos de fogos e com as seguintes quantidades e especificações: - 30 torta leque show - 200 morteiros de 1,5 polegadas cores clássicas - 120 morteiros de 2 polegadas cores - 70 morteiros de 3 polegadas cores - 60 morteiros de 4 polegadas cores - 30 morteiros de 5 polegadas cores - 23 morteiros de 6 polegadas cores - 5 morteiros de 8 polegadas cores, registro atualizado do técnico em pirotecnia (carteira blaster), juntamente com o atestado de encarregado de fogo blaster emitido pelo órgão responsável no estado de mato grosso do sul e com a emissão de art (anotação de responsabilidade técnica).	UND	12	8.458,68	R\$ 101.504,16
Valor Total: CENTO E UM MIL QUINHENTOS E QUATRO REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS					R\$ 101.504,16



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



LOTE 06 (PREMIAÇÃO, CONFEÇÃO E COMUNICAÇÃO VISUAL)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN D	QUAN T.	VLR UNIT.	VALOR TOTAL
01	TROFÉU DE OURO - 40 cm. Troféu de ouro com base quadrada em polímero na cor Preta, copo de prêmio de plástico para equipes esportivas, mini troféus, lembranças, jogo, prêmio, modelo vencedor, esportes de equipe	UN D	300	R\$ 72,00	R\$ 21.600,00
02	TROFÉU DE PRATA - 35 cm Troféu de prata com base quadrada, copo de prêmio de plástico para equipes esportivas, mini troféus, lembranças, jogo, prêmio, modelo vencedor, esportes de equipe	UN D	300	R\$ 75,00	R\$ 22.500,00
03	TROFÉU DE BRONZE - 28cm. Troféu de bronze com base quadrada, copo de prêmio de plástico para equipes esportivas, mini troféus, lembranças, jogo, prêmio, modelo vencedor, esportes de equipe	UN D	300	R\$ 75,00	R\$ 22.500,00
04	MEDALHA 1º LUGAR - redonda fundida em liga metálica de zamac, cor ouro, tamanho de 60 mm de diâmetro e centro liso de 50 mm de diâmetro, que permite também a colocação de adesivo de 50 mm Possui espessura máxima de 3,2mm, peso aproximado de 36 gramas, suporte para fita de até 27 mm de largura. Acompanhado de uma fita de cetim	UN D	5000	R\$ 15,75	R\$ 78.750,00
05	MEDALHA 2º LUGAR- redonda fundida em liga metálica de zamac, cor prata, com prata, com tamanho de 60 mm de diâmetro e centro liso de 50 mm de diâmetro, que permite também a colocação de adesivo de 50 mm possui espessura máxima de 3,2mm, peso aproximado de 36 gramas, suporte para fita de até 27 mm de largura. Acompanhado de uma fita de cetim.	UN D	5000	R\$ 17,33	R\$ 86.650,00
06	MEDALHA 3º LUGAR - redonda fundida em liga metálica de zamac, metalizada na cor bronze, com tamanho de 60 mm de diâmetro e centro liso de 50 mm de diâmetro, que permite também a colocação de	UN D	5000	R\$ 17,33	R\$ 86.650,00



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



	adesivo de 50 mm, possui espessura máxima de 3,2mm, peso aproximado de 36 gramas, suporte para fita de até 27 mm de largura. Acompanhado de uma fita de cetim				
07	Confecção de Camisas em malha fio 30.1 100% algodão, compactada na cor branca ou colorida, gola careca na cor branca ou colorida, com possibilidades de impressão em Silk Screen na frente, nas costas e em ambas as mangas (que podem ser brancas ou coloridas), com a arte em policromia. Deverão ser entregues em embalagens plásticas com indicação de tamanho. Arte a ser definida.	UN D	3500	R\$ 75,67	R\$ 264.845,00
08	BANNER em lona vinílica medindo aproximadamente 3mX2m	UN D	100	R\$ 900,00	R\$ 90.000,00
09	Faixa Divulgação De Eventos - Material: Lona Vinílica Comprimento: 11,44 M Largura: 5,90 M Aplicação: Divulgação Institucional Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão Gramatura: 440 G/M (CatMat: 610925)	UN D	71	3.376,66	R\$ 239.742,86
Valor Total: NOVECENTOS E TREZE MIL DUZENTOS E TRINTA E SETE REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS					R\$ 913.237,86

Cumpra registrar que o valor global estimado da contratação, resultante da somatória dos valores estimados dos lotes, corresponde a **R\$ 12.809.201,59** (doze milhões oitocentos e nove mil duzentos e um reais e cinquenta e nove centavos).



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



ANEXO II – JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA ADOÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO AUDIOVISUAL

A definição da forma de realização do procedimento licitatório deve observar, de maneira estrita, os princípios da legalidade, publicidade, transparência, isonomia, eficiência, competitividade e julgamento objetivo, bem como as disposições da legislação vigente aplicável às contratações públicas.

A adoção excepcional da forma presencial observa o disposto no art. 17, §2º, da Lei nº 14.133/2021, mediante motivação técnica expressa constante dos autos, considerando as peculiaridades operacionais e estruturais do Município.

No presente caso, referente ao Registro de Preços para eventual prestação de serviços de locação de estruturas, equipamentos e serviços complementares, incluindo sonorização móvel, sistema de som tipo paredão, serviços gráficos, fornecimento de água e apoio logístico, destinados ao atendimento das demandas da Administração Pública no suporte à realização de eventos institucionais, culturais, sociais, educativos e ações de saúde no Município de Rorainópolis/RR, a Administração Pública opta, de forma motivada e excepcional, pela realização do certame na modalidade pregão, em sua forma presencial, com registro integral por meio de gravação audiovisual (áudio e vídeo), conforme fundamentação a seguir:

I – Adequação à realidade fática e operacional do Município:

Considerando as limitações de infraestrutura tecnológica e a instabilidade de conexão à internet na região, a adoção do pregão eletrônico mostra-se potencialmente prejudicial à regular condução do certame, podendo comprometer a participação dos licitantes, a continuidade da sessão pública e a segurança jurídica do procedimento.

Considerando as condições de infraestrutura tecnológica e conectividade atualmente verificadas no âmbito do Município de Rorainópolis/RR, observam-se limitações operacionais relacionadas à estabilidade de acesso à internet, com ocorrências de oscilações de sinal e restrições de banda, circunstâncias que podem comprometer a condução segura, contínua e eficiente de sessão pública realizada em meio eletrônico.

A eventual interrupção da sessão pública eletrônica em razão das limitações de conectividade poderá comprometer:

- I – a formulação regular de lances;
- II – a comunicação simultânea com os licitantes;
- III – a competitividade do certame;
- IV – a continuidade da sessão pública;
- V – a segurança jurídica do procedimento licitatório.

Ademais, o objeto da contratação possui elevada complexidade operacional e logística, envolvendo:

- a) montagem e desmontagem simultânea de estruturas;



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



- b) compatibilização técnica entre equipamentos;
- c) operação integrada de sistemas elétricos, sonoros e de iluminação;
- d) atendimento de múltiplos lotes e demandas variáveis;
- e) necessidade de esclarecimentos técnicos imediatos durante a sessão pública.

Tais características recomendam acompanhamento presencial da disputa, possibilitando maior eficiência na condução dos trabalhos e na solução imediata de questionamentos técnicos relacionados à execução contratual.

II – Necessidade de assegurar ampla competitividade e participação:

A realização presencial busca assegurar participação ampla e efetiva dos interessados em contexto regional caracterizado por limitações estruturais de conectividade e logística, sem prejuízo da participação de quaisquer fornecedores aptos, observados os princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa.

A medida visa garantir adequada condução da sessão pública, ampla publicidade dos atos praticados e condições efetivas de participação dos interessados, observadas as peculiaridades locais e a natureza operacional do objeto pretendido.

III – Obrigatoriedade de registro audiovisual como instrumento de transparência e controle:

O registro audiovisual integral da sessão pública constitui mecanismo complementar de governança, transparência, rastreabilidade e controle, em conformidade com os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Nos termos da legislação vigente e das boas práticas de governança pública, a sessão pública do pregão presencial deverá ser integralmente registrada por meio de gravação audiovisual (áudio e vídeo), de forma contínua e ininterrupta.

Tal medida visa assegurar:

- a fiel documentação de todos os atos praticados durante a sessão pública;
- a rastreabilidade e auditabilidade do procedimento licitatório;
- o fortalecimento dos mecanismos de controle interno e externo;
- a ampliação da transparência administrativa, permitindo eventual verificação pelos órgãos de controle e pela sociedade;
- maior segurança jurídica aos licitantes e à Administração Pública.

IV – Garantia da integridade, autenticidade e disponibilidade dos registros:

A gravação audiovisual deverá ser realizada com meios que assegurem a integridade, autenticidade e disponibilidade das informações, devendo os arquivos ser devidamente



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Trabalhando Sempre



armazenados e mantidos sob guarda da Administração, com possibilidade de acesso pelos órgãos de controle e demais interessados, nos termos da legislação aplicável.

Os arquivos audiovisuais deverão:

- I – integrar formalmente os autos do processo administrativo;
- II – permanecer armazenados em mídia digital segura;
- III – ser preservados pelo prazo legal aplicável;
- IV – permanecer disponíveis aos órgãos de controle interno e externo, quando solicitados;
- V – possuir mecanismos mínimos de integridade e rastreabilidade que assegurem a autenticidade das informações registradas.

V – Conformidade com os princípios da Administração Pública:

A presente opção pela forma presencial observa a regulamentação municipal aplicável às contratações públicas e encontra-se devidamente motivada nos autos do processo administrativo.

A adoção da forma presencial ocorre em caráter excepcional, devidamente motivado, diante das peculiaridades técnicas, operacionais e estruturais verificadas no âmbito da Administração Municipal.

A adoção do pregão presencial, associada ao registro audiovisual integral da sessão, mostra-se medida adequada e proporcional às características do objeto, uma vez que envolve serviços de natureza operacional e logística, frequentemente sujeitos a esclarecimentos técnicos em tempo real.

Tal escolha atende às exigências legais e reforça os princípios da publicidade, transparência, eficiência, competitividade, motivação, segurança jurídica e seleção da proposta mais vantajosa, mitigando riscos de questionamentos futuros e conferindo maior legitimidade ao certame.

Diante das peculiaridades operacionais do Município, das limitações técnicas de conectividade, da natureza logística e operacional do objeto e da necessidade de preservação da competitividade, continuidade da sessão pública e segurança jurídica do certame, a Administração entende demonstrada, de forma excepcional e motivada, a adequação da realização do pregão na forma presencial, com gravação audiovisual integral da sessão, em observância aos princípios da legalidade, publicidade, transparência, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa.

ADRIANO SOUZA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Gestão e Planejamento
Decreto P-020/2026



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



ANEXO III – MAPA DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO
GESTÃO DE RISCOS E GOVERNANÇA CONTRATUAL
1. FASE DE ANÁLISE

- (x) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
(x) Gestão e Fiscalização Contratual

1.1 A gestão de riscos da presente contratação será realizada de forma sistemática, contínua e integrada, em conformidade com os princípios do planejamento, eficiência, governança, transparência, segurança jurídica, continuidade administrativa e seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei nº 14.133/2021, observadas as boas práticas de gestão recomendadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU e os referenciais de governança da Administração Pública.

1.2 Considerando a complexidade operacional da contratação, a multiplicidade de serviços envolvidos, a possibilidade de execução simultânea de eventos e os riscos inerentes à montagem de estruturas temporárias, instalações elétricas, sonorização, iluminação, logística e apoio operacional, procedeu-se à identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento dos principais riscos capazes de comprometer os objetivos da contratação.

2 METODOLOGIA DE GESTÃO DE RISCOS

2.1 A metodologia contempla • identificação dos eventos de risco, • análise das causas e consequências, • avaliação da probabilidade e impacto, • classificação da criticidade, • definição de medidas preventivas, • definição de ações contingenciais, • definição de riscos residuais, • indicação dos responsáveis pelo monitoramento e tratamento e • monitoramento contínuo da execução contratual.

2.2 Os riscos foram classificados considerando a combinação entre probabilidade e impacto, permitindo a priorização das medidas mitigadoras e das ações de resposta.

3 MATRIZ DE CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS

Probabilidade	Descrição	Impacto	Descrição
1	Muito Baixa	1	Insignificante
2	Baixa	2	Baixo
3	Moderada	3	Moderado
4	Alta	4	Alto
5	Muito Alta	5	Crítico

4. MAPA DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO.

ID	Risco	Causa	Pro b.	Impta cto	Nível	Plano Mitigação	de Plano Contingenc cial	Risco Residual	Respons ável
01	Atraso na montagem das estruturas e equipamentos	Falha logística e mobilização insuficiente	4	5	CRÍTICO	Exigir cronograma executivo detalhado, checklist de mobilização, conferência 72h antes e equipe reserva	Acionamento de fornecedor e contingencial e mobilização emergencial	Médio	Contratada / Fiscal



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



02	Falha estrutural em palco, tendas ou arquibancadas	Montagem inadequada ou ausência de ART/RRT	3	5	CRÍTICO	Exigir ART/RRT, laudo estrutural, vistoria obrigatória e registro fotográfico	Interdição imediata da estrutura e evacuação da área	Médio	Engenheiro Responsável / Fiscal Técnico
03	Pane elétrica ou interrupção do sistema de som/iluminação	Sobrecarga e falha elétrica	4	4	ALTO	Manutenção preventiva, aterramento, quadro de proteção e teste de carga documentado	Acionamento de gerador reserva e equipe elétrica emergencial	Médio	Contratada / Responsável Técnico
04	Cancelamento do evento por ausência de licenças	Falha documental	3	5	ALTO	Checklist obrigatório e validação documental prévia	Suspensão preventiva do evento até regularização	Baixo	Gestor do Contrato
05	Descumprimento parcial do objeto	Planejamento inadequado da contratada	4	4	ALTO	Ordem de serviço detalhada, reunião operacional e supervisor presente	Aplicação de glosa e contratação emergencial complementar	Médio	Fiscal do Contrato
06	Acidentes com trabalhadores ou público	Falha operacional e ausência de segurança	3	5	CRÍTICO	Exigir EPI/EPC, brigada, DDS, isolamento e rotas de fuga	Atendimento emergencial e evacuação imediata	Médio	Contratada / Técnico de Segurança
07	Substituição de equipamentos por itens inferiores	Tentativa de redução de custos	3	4	MÉDIO	Conferência física, homologação técnica e registro fotográfico	Substituição imediata em até 2h	Baixo	Fiscal Técnico
08	Interrupção do fornecimento de água e	Falha de abastecimento	3	5	ALTO	Quantitativo mínimo, fornecedor reserva e monitoramento contínuo	Acionamento de reserva operacional	Médio	Coordenação Logística



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



	apoio logístico						emergencial		
09	Inexecução contratual por incapacidade financeira	Insuficiência financeira da contratada	2	5	MÉDIO	Monitoramento da regularidade fiscal e saúde financeira	Processo de substituição contratual	Médio	Fiscal Administrativo
10	Condições climáticas severas	Chuvas intensas e ventos fortes	4	4	ALTO	Plano climático, monitoramento meteorológico e estruturas reforçadas	Suspensão segura e evacuação do público	Médio	Coordenação do Evento
11	Superlotação do evento	Controle inadequado de público	3	5	CRÍTICO	Controle de acesso e limitação de capacidade	Interrupção do acesso e evacuação parcial	Médio	Coordenação do Evento / Segurança
12	Responsabilização do trabalhador subsidiária	Descumprimento do trabalhador da contratada	3	4	ALTO	Fiscalização documental mensal e retenção preventiva	Suspensão de pagamentos e notificação imediata	Médio	Fiscal Administrativo
13	Falha de comunicação operacional	Desorganização entre equipes	3	3	MÉDIO	Definição de fluxo operacional e canais oficiais	Acionamento da coordenação central	Baixo	Coordenação Operacional
14	Dano à imagem institucional	Falhas graves durante o evento	3	5	CRÍTICO	Monitoramento operacional contínuo e plano preventivo	Plano de resposta institucional e gerenciamento de crise	Médio	Gestão Administração

5. PROTOCOLOS EMERGENCIAIS

5.1 Serão adotados protocolos emergenciais específicos para situações críticas que possam comprometer a segurança do evento, dos participantes, servidores e colaboradores.

5.1.1 PROTOCOLO DE EVACUAÇÃO

5.1.1.1 Deverão ser observados • rotas de fuga sinalizadas, isolamento das áreas de risco, comunicação imediata ao público, atuação coordenada da brigada de emergência e apoio da Defesa Civil e Corpo de Bombeiros quando necessário.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



5.1.2 PROTOCOLO DE FALHA ESTRUTURAL

5.1.2.1 Ocorrendo risco estrutural a interrupção imediata do uso da estrutura, evacuação preventiva da área, acionamento do responsável técnico, emissão de relatório técnico emergencial e somente liberação após nova vistoria técnica.

5.1.3 PROTOCOLO DE PANE ELÉTRICA

5.1.3.1 Na ocorrência de falha elétrica: acionamento imediato do gerador reserva, isolamento da rede afetada, atuação do eletricitista responsável e retomada operacional apenas após validação técnica.

5.1.4 PROTOCOLO CLIMÁTICO

Em caso de condições climáticas severas: monitoramento meteorológico contínuo, suspensão preventiva das atividades, desligamento de equipamentos elétricos, evacuação organizada do público e comunicação oficial aos participantes.

6 GOVERNANÇA CONTRATUAL

6.1 A governança contratual será estruturada de forma integrada ao presente Mapa de Riscos, assegurando o acompanhamento contínuo da execução contratual e o adequado tratamento dos riscos identificados..

7 Estrutura de Responsabilidades

7.1 A execução contratual contará com:

a) Gestor do Contrato responsável pelo acompanhamento global da execução, controle de prazos, gestão das ocorrências, adoção de providências administrativas e revisão periódica dos riscos.

b) Fiscal do Contrato responsável pela fiscalização técnica, verificação da conformidade operacional, acompanhamento das montagens e desmontagens e registro das ocorrências.

c) Equipe Técnica de Apoio responsável pela conferência operacional, apoio técnico aos eventos, controle documental, conferência de equipamentos e apoio às ações contingenciais.

8 GESTÃO RESIDUAL DOS RISCOS

8.1 Mesmo após a adoção das medidas mitigadoras, permanecerão riscos residuais inerentes à natureza operacional da contratação.

8.1.1 Os riscos residuais deverão ser continuamente monitorados durante toda a execução contratual, cabendo ao gestor e ao fiscal revisar periodicamente a matriz de riscos, atualizar medidas mitigadoras, registrar formalmente ocorrências, promover ações corretivas imediatas e recomendar aperfeiçoamentos operacionais.

9. REVISÃO E MONITORAMENTO DOS RISCOS

9.1 Os riscos constantes neste Mapa deverão ser reavaliados:

- I – antes de eventos de grande porte;
- II – após ocorrências críticas;
- III – em caso de alteração relevante da execução contratual;
- IV – mediante determinação da Administração.

10. INDICADORES DE DESEMPENHO (KPIs)

10.1 Serão utilizados, entre outros:



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



- Índice de montagem no prazo \geq 95%;
- Índice de falhas operacionais \leq 2%;
- Disponibilidade dos equipamentos \geq 98%;
- Tempo de resposta para falhas \leq 2 horas;
- Índice de eventos realizados sem interrupção \geq 98%;
- Índice de satisfação operacional \geq 90%.

11. CONCLUSÃO

11.1 O presente Mapa de Riscos integra o processo administrativo da contratação, devendo ser observado durante o planejamento, a seleção do fornecedor, a execução contratual, a fiscalização dos serviços e o monitoramento dos riscos e controles internos.

11.2 Declara-se que o presente instrumento foi elaborado com base em critérios técnicos, operacionais e jurídicos, refletindo adequadamente os riscos inerentes à contratação pretendida, contribuindo para a eficiência, economicidade, governança, segurança jurídica e continuidade das ações institucionais da Administração Pública.

Rorainópolis/RR, 06 de Maio de 2026.

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, observando os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público, contendo os elementos necessários à caracterização da necessidade administrativa e à viabilidade da contratação pretendida.

Elaborado por:

Geane Alves Silva
Assessora Técnica Especial

Nos termos da legislação vigente, **APROVO** o presente Estudo Técnico Preliminar, por entender que o documento atende às finalidades previstas na fase preparatória da contratação pública, autorizando o prosseguimento dos demais atos necessários à instrução do procedimento licitatório.

ADRIANO SOUZA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Gestão e Planejamento
Decreto P-020/2026



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



ANEXO II - MODELO CARTA DE CREDENCIAMENTO

AO
MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS/RR
AO SR. PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. ____/2026

A licitante....., inscrita no CNPJ pelo nº
....., com sede na Av./Rua....., através do
presente credencia o(a) Sr.(a)....., inscrito (a) na Cédula de
Identidade nº e no CPF nº
a participar do procedimento licitatório instaurado pela Prefeitura Municipal de
Rorainópolis/RR, na modalidade PREGÃO **SRP** Nº ____/2026, na qualidade de
REPRESENTANTE, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome desta empresa,
bem como formular proposta, ofertar lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de
recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local / UF, ____ de ____ de 2026.

Assinatura do representante legal da empresa Nome completo (Firma reconhecida)

Obs.: Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) com firma reconhecida.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



ANEXO III - DA CAPACIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA

(Este modelo deverá ser transcrito na forma e na íntegra, em papel impresso da empresa)

A capacidade econômica e financeira das empresas licitantes será avaliada mediante exame dos seguintes indicadores, computados a partir das informações contábeis contidas no subitem 9.25.2 e demais subitens do Edital, conforme fórmula abaixo:

Índice de Liquidez Corrente ILC

Ativo Circulante = AC

Passivo Circulante = PC ILC = AC / PC

Índice de Liquidez Geral ILG

Circulante = AC

Passivo Circulante = PC Realizável a Longo

Prazo = RLP Exigível a Longo Prazo = ELP ILG

= (AC + RLP) / (PC + ELP)

Solvência Geral SG

Ativo Total = AT Passivo Circulante =

PC Exigível a Longo Prazo = ELP SG = (AT) /
(PC + ELP)

NOTA EXPLICATIVA DO CONTADOR DE QUE A LICITANTE ATENDE AO **SUBITEM 12.9** E SEUS SUBITENS DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL SRP nº ____/2026.

O conjunto Completo das Demonstrações Contábil na qual as empresas são obrigadas a cumprir (Na forma da Lei) inclui especificadamente às Notas Explicativas, ou seja, sua apresentação é obrigatória no Balanço Patrimonial e no Processo Licitatório. Portanto qualquer omissão aos Subitens do item 3.17 da [Resolução 1.255/2009](#), é passível de Inabilitação no certame licitatório.

Cidade/UF, ____ de _____ de 2026.

Assinatura Manuscrita Identificável do Profissional
CRC/Nº XXXX



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS À
HABILITAÇÃO**

AO
MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS/RR
AO SR. PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO
PREGÃO SRP N°. ____/ 2026

A empresa estabelecida..... inscrita no CNPJ sob o nº....., declara, sob as penas da Lei, que:

- a) até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, bem como, está ciente da obrigatoriedade de declarar, em havendo, ocorrências posteriores que o inabilite para participar de certames licitatórios;
- b) esta empresa se submete inteiramente a todas as condições estabelecidas neste Edital;
- c) esta empresa não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública, Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;
- d) esta empresa assume inteiramente a responsabilidade pela veracidade dos documentos e das informações apresentadas.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Local / UF _____ de _____ de 2026.

Assinatura e Nome do representante legal da empresa.

OBS.: A SLC verificará a situação das empresas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, por meio de acesso ao Portal da Transparência, sob pena de inabilitação da mesma no processo licitatório.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



**ANEXO V - MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII
DA CF/88**

AO
MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS/RR
AO SR. PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. ____/2026

A empresa estabelecida..... inscrita no CNPJ sob o nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) inscrito (a) no RG sob o nº e no CPF nº....., DECLARA, para os fins do disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal de 1988 e do Decreto nº 4.358, de 05 de setembro de 2002, c/c o Art. 68, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21, acrescida pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

Observação: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Local / UF , ____ de _____ de 2026

Assinatura e nome do representante legal da empresa

Obs.: Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) devidamente habilitado(s)



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO

AO
MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS/RR
AO SR. PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO
PREGÃO PRESENCIAL SRP N°. ____/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que seus sócios, empregado(s) que seja (m) cônjuge, companheiro ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento não possuem em qualquer vínculo nos termos do art. 14 da Lei 14.133/2021 com A PREFEITURA MUNICIPAL DE _____.

Local / UF, ____ de _____ de 2026.

[Identificação e assinatura do responsável pela Pessoa Jurídica]
[Carimbo do CNPJ]

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) devidamente habilitado(s).



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGO

(Este modelo deverá ser transcrito na forma e na íntegra, em papel impresso da empresa)

AO

MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS/RR

AO SR. PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO

PREGÃO PRESENCIAL SRP N°. ____/2026

Na qualidade de representante legal da empresa ____ (razão social) ____ inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º _____, com sede localizada na _____, declaro, sob as penas da lei o devido cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Cidade/UF, ____ de _____ de 2026.

Assinatura Manuscrita Identificável do Representante Legal de empresa (n.º da carteira de identidade com indicação do órgão expedidor)



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



**ANEXO VIII - MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO
MEI/ME/EPP**

(ENTREGA FORA DOS ENVELOPES NA ABERTURA DA SESSÃO)

AO

MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS/RR

AO SR. PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO

PREGÃO PRESENCIAL SRP N°. ____/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no edital supracitado, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme art. 1º do Decreto nº 8.538/2015.

DECLARA também que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, art. 4º Lei 14,133/2021.

Afirma ainda que quer participar da referida licitação com tratamento diferenciado, conforme previsto na Lei Complementar 123/2006 e que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local / UF, ____ de _____ de 2026.

[Identificação e assinatura do responsável pela Pessoa Jurídica] [Carimbo do CNPJ]

Obs.: 1) Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) devidamente habilitado(s).

2) Esta declaração deverá ser apresentada APENAS por Microempresas (ME) e/ou Empresas de Pequeno Porte (EPP).



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



ANEXO IX - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

AO
MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS/RR
AO SR. PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO
PREGÃO PRESENCIAL SRP N°. ____/2026

Prezados Senhores,

Pelo presente a empresa.....(nome da empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o n. °, sediada.....(endereço completo), telefone....., e-mail, tendo examinado o Edital, vem apresentar a presente proposta referente a licitação supra nas especificações e quantitativos abaixo:

NOME DA LICITANTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

NOME PARA CONTATO:

DADOS BANCÁRIOS:

ITEM	SINAPI: 04/2025	SICRO 01/2025	DISCRIMINAÇÃO	UN	QUANT	Unit	BDI	Total	Parcial	ETAPA
Obs.: TRANSCREVER TODOS OS ITENS DE ACORDO COM A PLANILHA CONSTANTE DO TERMO DE REFERÊNCIA-ANEXO I DO EDITAL.										

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$.....(por extenso)

OBS: O PREÇO UNITARIO DE CADA ITEM DEVERA SER EM ALGARISMOS E TOTAL DE CADA ITEM EM ALGARISMO E EXPRESSO EM REAIS.

*De forma alguma haverá arredondamento de valor, para mais ou para menos.

VALIDADE DA PROPOSTA:

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: (conforme Edital)

PRAZO DE ENTREGA: (Conforme disposto no edital e Termo de Referência)

Os valores acima apresentados, por item, nesta proposta são fixos e irrevogáveis, já inclusos todos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, fretes, treinamentos, lucros, dividendos e demais



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto da licitação PREGÃO Presencial SRP nº _____/2026.

DECLARAMOS ter pleno conhecimento do teor do Edital ref. Ao PREGÃO Presencial SRP _____/2025, que a empresa se responsabiliza principalmente pela disponibilidade dos produtos licitados e pela a entrega nos prazos, condições e validade da proposta, estando a mesma ofertada em perfeita adequação com o Edital e que se responsabiliza em substituir de imediato, os produtos entregues em desacordo sem quaisquer ônus para a Administração Municipal.

Local / UF, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do representante legal da empresa
Nome completo e CPF

Obs.: Esta proposta deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) devidamente habilitado(s).



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



ANEXO X – MODELO DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ECONÔMICA

AO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO nº ____/2026

PREGÃO PRESENCIAL **SRP** nº ____/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES, INCLUINDO SONORIZAÇÃO MÓVEL, SISTEMA DE SOM TIPO PAREDÃO, SERVIÇOS GRÁFICOS, FORNECIMENTO DE ÁGUA E APOIO LOGÍSTICO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS EVENTUAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO SUPORTE À REALIZAÇÃO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS, CULTURAIS, SOCIAIS, EDUCATIVOS E AÇÕES DE SAÚDE

ABERTURA DIA: / /2026. HORÁRIO: : min.

A Empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) do Documento de Identidade nº, órgão emissor e do CPF nº,

DECLARA para fins de participação no PREGÃO Presencial **SRP** Nº ____/2026, que a proposta comercial compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no § 1º art. 63 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

Assinatura do representante legal da empresa
Nome completo e CPF

Obs.: Esta proposta deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) devidamente habilitado.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



ANEXO XI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

AO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO nº ____/2026.

PREGÃO PRESENCIAL SRP nº ____/2026.

OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES, INCLUINDO SONORIZAÇÃO MÓVEL, SISTEMA DE SOM TIPO PAREDÃO, SERVIÇOS GRÁFICOS, FORNECIMENTO DE ÁGUA E APOIO LOGÍSTICO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS EVENTUAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO SUPORTE À REALIZAÇÃO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS, CULTURAIS, SOCIAIS, EDUCATIVOS E AÇÕES DE SAÚDE

ABERTURA DIA: / /2026. HORÁRIO: : min.

_____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº. _____, doravante denominada (Licitante), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____ e de CPF nº. _____, para fins do disposto no Edital PREGÃO PRESENCIAL SRP nº. _____, DECLARA, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que: a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame em referência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; a intenção de apresentar a proposta elaborada não foi informada, ou discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame em referência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame em referência, quanto a participar ou não da referida licitação; que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do certame em referência, antes da adjudicação do objeto da referida licitação; que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante do SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO- SLC, antes da abertura oficial das propostas; e que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la

Cidade/UF, ____ de _____ de 2026.

Assinatura Manuscrita Identificável do Representante Legal de empresa (n.º da carteira de identidade com indicação do órgão expedidor)

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:

Encartar esta Declaração Junto ao Envelope nº. 01 – “PROPOSTA DE PREÇOS”.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



ANEXO XII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO EDITAL
(ENTREGA FORA DOS ENVELOPES NA ABERTURA DA SESSÃO)

AO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO nº ____/2025.

PREGÃO PRESENCIAL SRP nº ____/2025.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES, INCLUINDO SONORIZAÇÃO MÓVEL, SISTEMA DE SOM TIPO PAREDÃO, SERVIÇOS GRÁFICOS, FORNECIMENTO DE ÁGUA E APOIO LOGÍSTICO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS EVENTUAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO SUPORTE À REALIZAÇÃO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS, CULTURAIS, SOCIAIS, EDUCATIVOS E AÇÕES DE SAÚDE

ABERTURA DIA: / /2026. HORÁRIO: : min.

Prezado Pregoeiro:

A empresa estabelecida..... Inscrita no CNPJ sob o nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) inscrito (a) no RG sob o nº e no CPF nº....., DECLARA sob as penas da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, conhecer e aceitar todas as condições constantes do Edital do PREGÃO Presencial SRP nº ____/2025, bem como de seus anexos, e que atende plenamente a todos os requisitos necessários à participação e habilitação no mesmo, ou seja, que não tem restrições quanto às certidões e demais documentos exigidos pelo Edital.

Local / UF, _____ de _____ de 2026.

Assinatura e Nome do representante legal da empresa proponente



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



ANEXO XIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE
MODELO (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

A Empresa [XXXXXXXXXXXXX], inscrita no CNPJ sob o nº [XX.XXX.00X/XXXX-XX], com sede na [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX], por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) [XXXXXXXXXXXXX], portador(a) do Documento de Identidade nº [XXXXXXXXXXXXX], órgão emissor [XXXXXX] e do CPF nº [XXXXXXXXXXXXX], DECLARA para fins de participação no PREGÃO Presencial **SRP** Nº ____/202____, não ter recebido do Município de _____, ou de qualquer outra entidade da Administração direta ou indireta em âmbito Federal, Estadual e Municipal, **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA** de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a Administração Pública, assim como não ter recebido **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Federal, Estadual e Municipal.

Local / UF, ____ de _____ de 2026.

[Identificação e assinatura do responsável pela Pessoa Jurídica]
[Carimbo do CNPJ]

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) devidamente habilitado(s).



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



ANEXO XIV - INFORMAÇÕES PARA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO
TERMO DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de RORAINÓPOLIS, através deste instrumento, convoca o fornecedor abaixo relacionado para que compareça à sede da prefeitura de Rorainópolis no prazo de 08 (oito) dias úteis para assinatura do **Termo de Contrato nº ____/2026**, oriundo do **PREGÃO Presencial – Sob o Sistema Registro de Preços Nº ____/2026**, cujo objeto é **O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES, INCLUINDO SONORIZAÇÃO MÓVEL, SISTEMA DE SOM TIPO PAREDÃO, SERVIÇOS GRÁFICOS, FORNECIMENTO DE ÁGUA E APOIO LOGÍSTICO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS EVENTUAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO SUPORTE À REALIZAÇÃO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS, CULTURAIS, SOCIAIS, EDUCATIVOS E AÇÕES DE SAÚDE**
DADOS PARA LOCALIZAÇÃO DO FORNECEDOR REGISTRADO:

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
ENDEREÇO DE CONTATO:
TELEFONE DE CONTATO:

O Presente Termo deverá ser entregue protocolado pessoalmente ou em qualquer forma que haja o comprovante de entrega ao licitante, para que se inicie a contagem do prazo estipulado no presente termo.

Transcorrido o prazo estipulado e não havendo manifestação expressa do licitante, a mesma ficará sujeita as sanções previstas no edital no referido edital.

Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemo-nos com apreço.

Rorainópolis – RR, ____ de _____ de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS

AUTORIDADE COMPETENTE



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



ANEXO XV – MINUTA DO CONTRATO
(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
RORAINÓPOLIS/RR , POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E A
EMPRESA

O Município de Rorainópolis, com sede no(a), na cidade de Rorainópolis/RR., inscrito no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Decreto nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do PREGÃO Presencial **SRP** n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES, INCLUINDO SONORIZAÇÃO MÓVEL, SISTEMA DE SOM TIPO PAREDÃO, SERVIÇOS GRÁFICOS, FORNECIMENTO DE ÁGUA E APOIO LOGÍSTICO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS EVENTUAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO SUPORTE À REALIZAÇÃO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS, CULTURAIS, SOCIAIS, EDUCATIVOS E AÇÕES DE SAÚDE

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração,



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Será admitida a subcontratação parcial até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) desde que não seja parte essencial do serviço.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxx (xxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do serviço, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



- 7.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

- 8.1.1** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o instrumento contratual;
- 8.1.2** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor(es) especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 8.1.3.** Notificar o CONTRATADO por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4.** Comunicar o CONTRATADO para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.5.** Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no contrato e anexos;
- 8.1.6.** Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e no Contrato;
- 8.1.7.** Cientificar a Procuradoria Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.8.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



8.1.9. A Administração terá o prazo de até 1 (um) mês para decidir, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias de execução, nos termos do §4º, art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.1.12. Indicar ao Contratado os locais exatos onde deverão ser montadas/instaladas as estruturas e equipamentos locados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1.1 Cumprir todas as obrigações constantes no Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

9.1.2 Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4. Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

9.1.5. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.7. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas e em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.10. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.1.11. Assegurar a disponibilidade completa da infraestrutura necessária, adequada e suficiente, através da utilização de materiais e pessoal devidamente qualificados e especializados;



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



9.1.12. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em decorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que seja ocorrido nas dependências do Contratante ou nas dependências do local da realização do evento;

9.1.13. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução dos serviços;

9.1.14. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento do Contratante;

9.1.15. Arcar com todos os encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, tais como impostos, taxas e multas resultantes da execução dos serviços, previstos na legislação vigente;

9.1.16. Comunicar, de imediato do acontecimento, ao Contratante toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada na execução dos serviços;

9.1.17. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

9.1.18. Responder, nos termos da lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução do instrumento contratual, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis;

9.1.19. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial o CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução dos serviços objeto da contratação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE, conforme disposto no art. 120, da

9.1.20. Lei nº 14.133/2021;

9.1.21. Comunicar à fiscalização do contratante, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

9.1.22. Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência do contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

9.1.23. Informar, para fins de recebimento de citações, intimações, ordem de serviço, e outras comunicações oficiais como Contratante, o nome do seu preposto, seu endereço comercial, E-mail (endereço eletrônico) e nº de telefone para contato;

9.1.24. Responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente ao CONTRATANTE ou a sem bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pelo CONTRATANTE;

9.1.25. Repor, reparar, corrigir, reconstruir ou substituir, de imediato no todo ou em partes, os serviços contratados que apresentarem por qualquer motivo, defeitos, falhas, irregularidades e ou incorreções;

9.1.26. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, face a inexistência de vínculo empregatício destes com o Contratante;



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



CLÁUSULA DÉCIMA- – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.2. A contratação não conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do [art. 96](#), combinado com [art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- I) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III) dar causa à inexecução total do contrato;
- IV) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicáveis nas hipóteses de infrações administrativas previstas no Artigo 16.3. Da Lei nº 14.133/21, as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito em caso de atraso injustificado na execução do contrato;
 - a.1. Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no subitem 11.1. inciso I deste instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa;
 - b.1. Multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não sendo inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado e será aplicada aos responsáveis por qualquer das infrações administrativas previstas no subitem 11.1 incisos de "I" a "XII", sendo possível a cumulação;
 - b.2. Impedimento de Licitar e contratar;
 - b.2.1. Impedimento de Licitar e contratar, será aplicada aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas nos subitens do subitem 11.1 incisos "II, III, IV, V, VI, VII" deste Instrumento quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o(s) responsável(is) de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- c) Declaração Idoneidade para licitar ou contratar, que será precedida de análise jurídica e observará as regras estabelecidas em Lei, da aplicação será de competência exclusiva da Autoridade Máxima do órgão/entidade;



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



- c.1. Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens do subitem 11.1. incisos "VIII, IX, X, XI e XII" deste Instrumento;
- c.2. Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar, aplicável também pelas infrações administrativas previstas nos subitens 11.1. incisos "II, III, IV, V, VI e VII" desde que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de Impedimento estipulada do subitem **11.3.** alíneas c) e c.1.
- c.3. A Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 11.4.** Se a sanção de multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;
- 11.5.** Na aplicação das sanções serão observados os princípios norteadores da Administração Pública na dosimetria da sanção, bem como a natureza e gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela decorrerem para a Administração Pública.
- 11.6.** As sanções aplicáveis não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 11.7.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- 12.1.** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 12.2.1.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
 - e
 - b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1

Orgão:

Elemento de Despesa:

Projeto/Atividade:

Fonte de Recurso:

Ação:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Rorainópolis, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Rorainópolis (RR), _____ de _____ de 2026

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



ANEXO XVI - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP Nº ____/2026

O **Município de Rorainópolis**, com sede na Avenida Francisco Luiz Reginatto, nº261, Park Amazônia I, na cidade de Rorainópolis/RR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representado(a) pelo(a) **XXXXXXXXXXXXX (cargo e nome)**, nomeado(a) pela Portaria nº XX, de XX de XXXX de 20XX, considerando o julgamento da licitação na forma presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ____/2026, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta ATA é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES, INCLUINDO SONORIZAÇÃO MÓVEL, SISTEMA DE SOM TIPO PAREDÃO, SERVIÇOS GRÁFICOS, FORNECIMENTO DE ÁGUA E APOIO LOGÍSTICO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS EVENTUAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO SUPORTE À REALIZAÇÃO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS, CULTURAIS, SOCIAIS, EDUCATIVOS E AÇÕES DE SAÚDE**

FORNECEDOR:

CNPJ:

ENDEREÇO:

FONE:

EMAIL:

REPRESENTANTE LEGAL:

NOME:

CPF:

Parágrafo único: A presente Ata de Registro de Preços constitui-se em documento vinculativo e obrigacional às partes, com característica de compromisso para futura contratação.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR.

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de _____ - _____ do Município de Rorainópolis.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1 Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2 Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do **art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021**; e

4.1.3 Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor;

4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor;

4.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento;

4.3 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

4.4 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços;

4.5 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1;

4.6 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes;

4.7 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços;

4.8 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso;

5.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1(um) exercício financeiro;

5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos;

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o **art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021**;



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços;

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o **art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021**;

5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.

5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata;

5.5 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata;

5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original;

5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e;

5.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços;

5.9 Após a homologação da licitação o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº **14.133, de 2021**;

5.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração;

5.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços;

5.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital e observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado;

5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do **art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021**;

6.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3 Conforme o item 15 previsto no edital quanto à cláusula de reajustamento sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº **14.133, de 2021**, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado;

7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas;

7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado;

7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa;

7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no **art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021**,

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso;

7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas;

7.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na legislação aplicável;

7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7;

7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa;

7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado;

7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços;

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante;

8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento;

8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no [art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023](#);

8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados;

8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens;



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no [artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023](#); ou

9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do [art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do [art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#), caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa;

9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação;

9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1 Por razão de interesse público;

9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do [artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023](#).

10. DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital;

10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata;

10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço ([art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023](#)), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade ([art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023](#));

10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL;

11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade;

Rorainópolis/RR, ____ de _____ de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE XXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXX
REPRESENTANTE LEGAL DO ÓRGÃO GERENCIADOR

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S)



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



ANEXO XVII - MINUTA DE CADASTRO DE RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	<i>Marca (se exigida no edital)</i>	<i>Modelo (se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	<i>Prazo garantia ou validade</i>

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	<i>Marca (se exigida no edital)</i>	<i>Modelo (se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	<i>Prazo garantia ou validade</i>



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO



XVIII - COMPROVANTE DE RECIBO DO EDITAL

PROCESSO Nº ____/2026

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº ____/2026

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

TIPO DE LICITAÇÃO:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES, INCLUINDO SONORIZAÇÃO MÓVEL, SISTEMA DE SOM TIPO PAREDÃO, SERVIÇOS GRÁFICOS, FORNECIMENTO DE ÁGUA E APOIO LOGÍSTICO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS EVENTUAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO SUPORTE À REALIZAÇÃO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS, CULTURAIS, SOCIAIS, EDUCATIVOS E AÇÕES DE SAÚDE

Senhor Licitante,

Solicitamos a V.S.^a a fineza de preencher o recibo do edital (modelo abaixo), remetendo-o à Sala de Licitações, por meio do e-mail: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, caso não tenha retirado o mesmo junto à Comissão de Licitações.

A não remessa do recibo exime a Administração e o Pregoeiro da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Nome da Empresa:		
CNPJ		
Endereço:	nº	Bairro:
Cidade:	Estado:	Telefone: (____)
E-mail:		
Pessoa para contato:		

Obtivemos, através do site: [xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx](http://www.rorainopolis.rr.gov.br) ou de qualquer outra fonte, cópia do instrumento convocatório acima identificado.

Data: ____/____/____

Assinatura do Responsável